

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

**YAN LUCAS DA SILVA**

**O TRATAMENTO DE NEGROS E INDÍGENAS  
NOS JORNAIS MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX:  
ENTRE A NATURALIZAÇÃO E A SUPOSTA SUPERIORIDADE**

**CUIABÁ-MT  
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER

YAN LUCAS DA SILVA

**O TRATAMENTO DE NEGROS E INDÍGENAS  
NOS JORNAIS MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX:  
ENTRE A NATURALIZAÇÃO E A SUPOSTA SUPERIORIDADE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Universidade Federal do Mato Grosso, na Linha de “Estética e Narrativas”.

Orientadora: Prof. Dr. Andréa Ferraz Fernandez.

**Cuiabá-MT**

**2023**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

S586t Silva, Yan Lucas da.  
O TRATAMENTO DE NEGROS E INDÍGENAS NOS  
JORNAIS MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX: [recurso  
eletrônico] : ENTRE A NATURALIZAÇÃO E A SUPOSTA  
SUPERIORIDADE / Yan Lucas da Silva. -- Dados eletrônicos (1  
arquivo : 97 f., pdf). -- 2023.

Orientadora: Andréa Ferraz Fernandez.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato  
Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-  
Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** O tratamento de negros e indígenas nos jornais mato-grossenses no século XIX: entre a naturalização e a suposta superioridade

AUTOR (A): Mestrando Yan Lucas da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 24 de fevereiro de 2023

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

- 1. PROF. DRA. ANDRÉA FERRAZ FERNANDES** (Presidente Banca / Orientadora)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- 2. PROF. DR. BRUNO PINHEIRO RODRIGUES** (Examinador Externo/UFMT)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO/PPGHIS
- 3. PROF. DR. BRUNO BERNARDO DE ARAÚJO** (Examinador Interno/UFMT)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- 4. PROF. DR. VINICIUS GUEDES PEREIRA DE SOUZA** (Examinador Suplente Interno)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- 5. PROF. DR. MARCELO HENRIQUE DA COSTA** (Examinador Suplente Externo)  
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE GOIÁS

**CUIABÁ, 24 DE FEVEREIRO DE 2023**



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA FERRAZ FERNANDEZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 02/03/2023, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO BERNARDO DE ARAUJO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 02/03/2023, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO PINHEIRO RODRIGUES, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/03/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5549554** e o código CRC **39A7FF69**.

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Bom Deus, à Virgem Santíssima e ao meu pai São José, por ser sustento, graça e força. Sem tais olhares, jamais teria conseguido coisa alguma em vida. Aos meus pais e avós, que sempre fizeram de tudo para que eu tivesse condições dignas de cumprir com minhas obrigações. Às mulheres da minha vida: mãe Márcia, avó Juracy e avó Neorly, obrigado por serem a máxima expressão de força e amor em minha vida.

Agradeço aos professores, da educação infantil à pós-graduação, por terem se doado para que eu assimilasse conhecimento e pudesse progredir. Aos professores da graduação e pós-graduação, pela inspiração na profissão e motivação pela pesquisa. À orientadora professora Andréa, pela paciência, ensinamentos e pontuações nos trabalhos. Ao professor Thiago, orientador na graduação e coordenador do curso de Jornalismo, por ter me motivado com o tema.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder, na pessoa do coordenador professor Bruno Araújo, pela ajuda, paciência e assistência. Sou grato à banca avaliadora desta dissertação, professores Bruno Rodrigues e Bruno Araújo, pelas correções e pontuações sempre precisas. Aos professores suplentes Vinicius Souza e Marcelo Costa, pela gentileza e disponibilidade.

Sou grato aos meus irmãos, Camilla, Cauã e Joaquim, por serem família, aos meus primos e tios, especialmente ao tio Natel, por ser um grande motivador dos estudos. Agradeço aos meus amigos que são a alegria do meu coração, por serem ombro amigo em todas as horas, especialmente Adrielly, Vanessa, Dilma, Amanda, Mônica, Ricardo, Lucas, Ludmylla, Joadir, Andreia e Allana. Agradeço também ao amigo historiador Luiz Pablo, que tanto me auxiliou, de muitas formas.

Agradeço às tantas pessoas que antes de mim lutaram por direitos que hoje eu gozo, como o direito à educação pública gratuita e de qualidade. Às pessoas que lutam por investimentos para a pesquisa no Brasil, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais.

Por fim, agradeço a mim mesmo, porque não desisti. Mesmo diante de incontáveis dificuldades, barreiras mentais e grandes turbulências. Agradeço, pois somaram à capacidade resiliente de lembrar que sempre tudo passa.

“... *Long short story, I survived.*”  
(Taylor Swift)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal A Imprensa de Cuyabá, julho de 1859 .....	27
Figura 2 – Jornal O Liberal, janeiro de 1874 .....	28
Figura 3 - Jornal O Liberal, janeiro de 1874 .....	29
Figura 4 – Jornal O Liberal, novembro de 1877 .....	30
Figura 5 – Jornal A República, maio de 1883 .....	33
Figura 6 – Jornal A República, maio de 1883 .....	34
Figura 7 – Jornal A República, maio de 1883 .....	34
Figura 8 – Jornal A República, maio de 1883 .....	35
Figura 9 – Jornal A Gazeta, junho de 1889 .....	37
Figura 10 – Jornal A Imprensa de Cuiabá, julho de 1859 .....	40
Figura 11 – Jornal A Imprensa de Cuiabá, agosto de 1859 .....	41
Figura 12 – Jornal A Imprensa de Cuiabá, junho de 1860 .....	42
Figura 13 – Jornal A Imprensa de Cuiabá, agosto de 1859 .....	44
Figura 14 – Jornal O Liberal, fevereiro de 1874 .....	44
Figura 15 – Jornal O Liberal, dezembro de 1873 .....	45
Figura 16 – Jornal A República, maio de 1883 .....	47
Figura 17 – Jornal O Liberal, abril de 1879 .....	54
Figura 18 – Jornal O Liberal, dezembro de 1871 .....	55
Figura 19 – Jornal O Liberal, dezembro de 1873 .....	56
Figura 20 – Jornal A República, maio de 1883 .....	60
Figura 21 – Jornal A Imprensa de Cuyabá, maio de 1864 .....	64
Figura 22 – Jornal A Imprensa de Cuyabá, maio de 1864 .....	65
Figura 23 – Jornal A Imprensa de Cuyabá, setembro de 1864 .....	66
Figura 24 – Portal de Notícias G1 MT, outubro de 2017 .....	67
Figura 25 – Conselho Indigenista Missionário, setembro de 2020 .....	68



Figura 26 – BBC News Brasil, julho de 2020 .....	69
--	----

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como o jornalismo oitocentista de Mato Grosso tratou figuras consideradas subalternas como a pessoa negra escravizada e a população indígena residente neste território. Através da análise documental de periódicos mato-grossenses do Brasil Império, tempo histórico deste estudo, e análise do discurso para compreender os comentários, anúncios e trechos citando essas pessoas contidas nas páginas daqueles jornais, chegou-se a discussões acerca da naturalização de um pensamento dominante, que perpetuou nas estruturas da sociedade através dos séculos, resultando em problemas sociais como o racismo e o preconceito. Por meio de quatro jornais consultados no Arquivo Público de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso e Hemeroteca Nacional, recolheu-se trechos que se tornaram o corpus desta pesquisa, com a devida compreensão e atenção à contextualização histórica. Recolhidos e analisados, os trechos permitiram a discussão sobre a naturalização de questões problemática feitas através do mecanismo jornalístico. Este trabalho se faz importante pela necessidade de discussão sobre a atuação histórica do jornalismo no estado de Mato Grosso.

**Palavras-chaves:** Jornalismo; História; Mato Grosso; Naturalização; Escravidão.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo el periodismo del siglo XIX en Mato Grosso trató con figuras consideradas subordinadas, como el negro esclavizado y la población indígena residente en este territorio. A través del análisis de documentos de periódicos de Mato Grosso do Brasil Império, momento histórico de este estudio, y del análisis del discurso para comprender los comentarios, anuncios y extractos que citan a estas personas contenidos en las páginas de esos periódicos, llegamos a discusiones sobre la naturalización de un pensamiento dominante, que se perpetuó en las estructuras de la sociedad a través de los siglos, dando como resultado problemas sociales como el racismo y los prejuicios. A través de cuatro periódicos consultados en el Archivo Público de Mato Grosso, Núcleo de Documentación e Información Histórica Regional de la Universidad Federal de Mato Grosso y Hemeroteca Nacional, fueron recopilados extractos que se convirtieron en el corpus de esta investigación, con la debida comprensión y atención a la contextualización histórica. Recolectados y analizados, los extractos permitieron la discusión sobre la naturalización de preguntas problemáticas hechas a través del mecanismo periodístico. Este trabajo es importante por la necesidad de discutir el papel histórico del periodismo en el estado de Mato Grosso.

Palabras llave: Periodismo; Historia; Mato Grosso; Naturalización; Esclavitud.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo I – As bases desta pesquisa .....	13
1.1 – Aspectos metodológicos .....	13
1.1.1 – A análise .....	15
1.2 – O tempo histórico .....	18
1.2.1 – Segundo Reinado .....	19
1.2.2 – Mato Grosso no Segundo Reinado .....	23
1.3 – Jornais .....	25
1.3.1 – A Imprensa de Cuyabá .....	26
1.3.2 – O Liberal .....	28
1.3.3 – A República .....	32
1.3.4 – A Gazeta .....	36
Capítulo II – Os anúncios de negros escravizados em jornais mato-grossenses oitocentistas .....	39
2.1 – As mulheres negras escravizadas nos anúncios do jornal O Liberal .....	53
Capítulo III – Os indígenas nos jornais e a transição jornalística .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	75

## INTRODUÇÃO

Na história do que hoje é o Estado de Mato Grosso, poucos relatos ou estudos são capazes de identificar uma gama de jornais remanescentes, originários da então Província de Mato Grosso. Sabe-se, por meio de estudos gerais, qual foi o primeiro periódico produzido no âmbito da província, e a partir de então os muitos que surgiram. Pouco se sabe, entretanto, o que continha naquelas páginas com letras miúdas e termos difíceis à nossa leitura contemporânea.

Os pioneiros e principais estudiosos da imprensa mato-grossense foram os irmãos Rubens (1951) e Estevão de Mendonça (1975), professores historiadores, que realizaram o trabalho de pesquisa e a organização das informações históricas. É a partir deles que todas as outras pesquisas se derivam, inclusive esta.

Mas para ir além dos estudos já feitos, que adotam uma espécie de catálogo dos jornais históricos, estudos antecedentes a esta pesquisa iniciaram o processo de buscar entender o período, os reflexos na província e, então, o jornalismo a partir disso. Observando o jornalismo feito nessa época, por meio de estudo anterior, entendeu-se que este era fruto de seu tempo e incorporava em si, além das características próprias do jornalismo, perpetuação de pensamentos que se tornaram problemáticos e que ainda hoje ecoam na sociedade.

Observado e conhecido o tipo de jornalismo feito naquela época, foi possível identificar trechos de tais jornais que, fazendo parte do costume e cultura oitocentista, ajudaram a naturalizar uma diferença e discriminação de gênero, cor e etnia. Assim surge a necessidade de se falar desses temas, devido a persistência de seus problemas ao decorrer da história.

Os trechos foram colhidos de alguns jornais, do tempo que se conhece na História como Brasil Império, de 1822 a 1889. Entendido, identificado e analisado o jornalismo da época, foi possível, a partir de então, perceber a importância cultural, social e política desses relatos em jornais, seja qual for o gênero de escrita, para poder estabelecer uma outra análise: de que forma a população negra e a população indígena apareciam nos jornais mato-grossenses? O que esses trechos de jornais têm a ver com a naturalização de pensamentos racistas e preconceituosos?

Ao todo são quatro jornais diferentes, cada qual com suas edições e trechos específicos analisados. As edições analisadas vão de 1859 a 1889, sendo os trechos

correspondentes a edições do jornal A Imprensa de Cuyabá, do jornal O Liberal, do jornal A República e do jornal A Gazeta.

Com as respectivas edições disponíveis para consulta e análise, os trechos retirados desnudam o objetivo central deste trabalho: entender, com base nas edições remanescentes, como o jornalismo feito em Mato Grosso no século XIX ajudou na naturalização com comentários e anúncios feitos acerca de pessoas que ainda hoje sofrem discriminações.

Tendo em vista a necessidade de caracterizar a identidade histórica de uma região, de um estado do país e de um ofício relevante ao convívio em sociedade, esta pesquisa se justifica no âmbito dos estudos de história da mídia impressa em contexto mato-grossense a identificação de espaços e territórios imateriais, como costumes e cultura.

Nesse sentido, o problema que guia esta investigação é: como esses trechos retirados de jornais oitocentistas mato-grossenses ajudam a compreender a sociedade ainda preconceituosa? De que modo o perfil de jornalismo desenvolvido por este periódico do estado durante o Império e como este jornalismo ajudou na construção de um tipo de pensamento? Os pensamentos gerados pela pesquisa e com este trabalho estimam que o conteúdo recorria ao viés opinativo no campo da política, além de reproduzir determinadas opressões da época, como as sofridas por mulheres, indígenas e negros. Assim, traçando imagens individuais e coletivas do ser em Mato Grosso, ainda que estes, vivendo às margens da sociedade.

Para que os objetivos deste trabalho fossem cumpridos, foi preciso uma estrutura que se dividisse entre contexto histórico-jornalístico e as análises em si. Entender os trechos retirados e analisados não aconteceria se não tratássemos de entender como vivia o Brasil naquele período, especialmente a região que hoje conhecemos como estado de Mato Grosso. Foi preciso entender também o contexto jornalístico do período.

Além das discussões que nos trazem os contextos do período, nada progride sem fontes e bases conceituais que nos garantissem uma discussão plena e livre de ruídos ou interferências. A outra parte do estudo são as análises e discussões acerca dos trechos encontrados nos jornais.

Foram escolhidos trechos que citavam ou cujo assunto eram negros escravizados (homens ou mulheres) e indígenas. Analisados qual o teor desses textos, como falavam e o que pensavam acerca dessas pessoas que, historicamente, sempre foram marginalizadas.

Analisados tais fragmentos de textos, partimos para as discussões dos encontrados a partir da bibliografia referenciada. Nas três categorias de análise, foi possível a comparação

e a reflexão com os dias atuais, utilizando até manchetes de notícias recentes que submetem às reflexões levantadas pelo texto, salvos a devida compreensão de processos históricos que acontecem de forma diferente, mas que são interligados em sua estrutura.

Este trabalho foi construído como uma análise documental e análise de discurso. Análise documental pelo objeto de estudo, jornais de séculos passados que foram consultados, lidos e tiveram suas informações coletadas. Sobre o conteúdo escolhido para discussão - os trechos com negros e indígenas -, foi aplicado o método análise de discurso, com o qual foi averiguado não somente cada frase ou termo, mas o processo com que um daqueles fragmentos foram construídos. Com todo este percurso, foi possível então chegar às discussões sobre a presença destes trechos nos jornais; e o quanto esse pensamento naturalizou-se e fez estrutura na sociedade.

Este estudo é importante por sua proposta de discussão através da História do Jornalismo no estado de Mato Grosso, onde há uma certa ausência de pesquisas no âmbito da Comunicação. Pesquisas que discutam o fazer jornalismo, os modos de fazer jornal e como isso implica na realidade da população.

É preciso olhar para a História para entender o presente e evitar os mesmos erros no futuro. Há necessidade de se discutir o processo de escravidão em terras mato-grossenses e o quanto hoje ainda afeta a realidade da população negra. Da mesma forma em relação à população indígena, cujas terras foram tiradas.

No campo da comunicação, a relação entre o jornalismo em Mato Grosso e o processo de respeito e valorização dos povos tradicionais ainda é um caminho a ser traçado. Por isso, este presente estudo tem sua importância.

Em sequência, este trabalho aborda três partes: um primeiro capítulo que esboça as formas como este trabalho foi concebido, sua metodologia, as escolhas metodológicas, o conteúdo e os jornais com seus trechos analisados. Posteriormente temos dois capítulos de análise, um contendo os trechos onde a população negra é citada, outro onde a população indígena é o conteúdo.

## Capítulo I - As bases desta pesquisa

### 1.1 - Aspectos metodológicos

Para a elaboração deste estudo foi fundamental o uso de duas metodologias principais: a análise documental e a análise de discurso.

Sonia Moreira (2010) diz que a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. Assim, este estudo configura sua primeira parte em uma análise documental, já que seu objeto são os jornais antigos mato-grossenses.

Moreira ainda ressalta que tal técnica é comumente usada nas Ciências Sociais, já que seu ponto de base são justamente documentos, escritos, etc. Nos estudos da Comunicação, a análise documental é utilizada, em sua maioria, para reconstituição histórica de meios comunicacionais, pessoas ou acontecimentos. Como é o caso deste estudo, a partir da busca em um jornal compreender o jornalismo feito na época e identificar a construção social do ser mato-grossense, suas imagens e representações.

A escolha dos jornais, sua leitura, a anotação dos dados e percepções fazem parte do processo de análise de tais documentos históricos. A partir dos dados coletados e a partir da contextualização histórica, as conclusões e resultados foram percebidos e construídos, ponderou-se sempre pela consciência de local e tempo dos escritos no periódico.

A partir da análise documental e tendo como referências os objetivos e objetos de análise, ponderamos que a análise de discurso é o outro método mais indicado para continuarmos o processo de estudo nesta pesquisa.

A análise de discurso é bem mais que estar atento ao que é dito, à palavra, ou à gramática, ela trata do discurso, como explica Eni Orlandi (2012, p. 15), que é a palavra em movimento, em curso, em movimento. Logo, no estudo do discurso observa-se o homem falando. Nesta análise, procura-se compreender a língua fazendo sentido.

Em palavras óbvias e simples, mediante o entendimento da metodologia, a presente pesquisa ao propor analisar cada trecho escolhido dos jornais selecionados, propôs a



tentativa de entendimento dos textos veiculados naquelas páginas, os discursos através daquelas palavras.

Orlandi discorre que a análise de discurso não trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com formas de dar significado, com pessoas como agentes da fala, cada qual com uma complexa rede de sentidos que fazem parte de suas realidades. Leva em conta o homem e sua história, a análise de discurso pressupõe a relação da linguagem ao que está ao seu redor (2012, p. 16). Por isso, há uma conexão entre os estudos das Ciências Sociais e da Linguística a partir da análise de discurso.

A análise de discurso não é como a análise de conteúdo. A análise de discurso tem a linguagem como não transparente. Ela sempre faz a indagação: ‘como o texto significa?’, já que o texto é uma totalidade com sua qualidade particular e com sua natureza específica.

Orlandi (2012, p. 21) define discurso como sendo efeito de sentidos entre locutores, não se trata de uma mensagem emitida por um e captada por outro. O discurso também não é a fala, pois ele carrega consigo todo um sistema e histórico, o subjetivo e objetivo (SOUSA; LOPES, 2020, p. 363). Logo, os discursos não são apenas mensagens a serem decodificadas.

Nesse sentido, ao ler trechos de jornais nos deparamos não apenas com linguagem na forma bruta, com palavras, gramática e morfologia, mas um conjunto de sentidos que vem através da linguagem, do que estava escrito ali. Muito mais que palavras, carregam ideologias. O que Orlandi afirma é que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (2012, p. 46).

Orlandi comenta sobre os estudos de análise de discurso onde a constituição do corpus de pesquisa deve estar ligada ao que faz parte do próprio corpus, pois o entendimento da origem do material, para mostrar como o discurso funciona produzindo sentidos a partir da compreensão do mesmo (SOUSA; LOPES, 2020, p. 366).

Por isso, para compreender os jornais analisados, foi preciso entender o ambiente em que estavam inseridos historicamente. Será visto ainda neste estudo, que os jornais brasileiros no período imperial tinham como um grande objetivo propagar ideais e atuar no cenário político, sendo o jornalismo um mecanismo de presença nas decisões que diziam respeito à sociedade. Portanto, as palavras e termos utilizados naqueles trechos,

transmitem bem mais do que significado denotativo, mas sim uma gama de pensamentos enraizados há muito ou pouco tempo.

O jornalismo brasileiro em si, nasce com um objetivo implícito de propaganda de ações governamentais ou de ideias a serem instaladas no pensamento da população. Há a movimentação da palavra aqui, não apenas uma simples transmissão de mensagem (ORLANDI, 2012, p. 21). Essa palavra reverbera e causa certas consequências na população, que é uma motivação específica desta pesquisa, perceber a naturalização de certos discursos na sociedade e como ele, já sendo um problema, resulta em problemas maiores e mais complexos.

Perceber que por trás de cada anúncio de compra, venda ou fuga de negros escravizados há mais do que palavras, há um pensamento que estava inserido e naturalizado e que este pensamento era movimentado com aquelas páginas dos periódicos. Cada mulher negra citada nos anúncios, descritas como se fossem objetos ou mercadorias, símbolo para o desrespeito que estes corpos femininos negros sofriam e continuaram a sofrer com o passar dos séculos.

As notícias sobre a presença de indígenas na região urbana que levavam juntos comentários sobre o quanto os costumes daquelas pessoas não eram civilizados ou eram ofensivos à moral da sociedade cuiabana, evidenciam bem mais do que aquelas palavras escritas e contidas naquelas páginas.

### 1.1.1 - A análise

Esta pesquisa nasce de outra pesquisa, “Jornalismo na província distante: atuação dos primeiros jornais mato-grossenses no século XIX” (SILVA, 2020). Do processo de conhecimento e análise das páginas dos jornais estudados naquela pesquisa, nasce a necessidade dessa aqui. Ao deparar com o conteúdo contido nas páginas daqueles periódicos, nasceu a necessidade de contar a história do jornalismo em terras mato-grossenses e como esse jornalismo é importante para a história do que hoje é o estado de Mato Grosso.

Foi encontrado no jornal O Liberal, analisado no estudo de 2020, comentários, anúncios de compra, venda e fuga de negros escravizados. Mediante o achado, passou-se

a procurar em acervos de documentos históricos, jornais que abrigassem tais conteúdos ou que fizessem menções à população negra em Mato Grosso e a forma como eram enxergados por esses jornais.

Os primeiros lugares de busca deste acervo foram o Arquivo Público de Mato Grosso e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal de Mato Grosso, dos quais já tinha-se conhecimento do acervo. Tais acervos passaram um considerável período de portas fechadas devido ao avanço da pandemia de Covid-19, o que resultou na análise dos materiais digitalizados, disponibilizados pelo portal da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e o acervo do Arquivo Público online.

Foi feita a leitura atenta dos periódicos disponíveis para análise, à procura de trechos que comentassem sobre a população negra, anúncios de escravizados e outras questões que pudessem ser encontradas. A leitura foi feita em jornais do período imperial e do início do período republicano. Percebeu-se, obviamente, que tais trechos e comentários estavam presentes em jornais datados de antes da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

Assim, definiu-se a temporalidade deste estudo: o Brasil Império. A partir disso, a leitura atenta das edições de alguns jornais continuou até chegar a coleta de tais trechos onde havia comentários da população negra, ou anúncios de compra, venda e fuga. Foi encontrado também em dois dos jornais, comentários acerca da presença de indígenas na cidade de Cuiabá e o alvoroço que isso causava, segundo os escritos.

Por ser relevante a este trabalho que pretendia observar como esses jornais tratavam tais grupos, os trechos sobre os indígenas também foram coletados e analisados para este estudo. Sendo assim, é por objetivo deste estudo compreender como o jornalismo tratava grupos que sempre foram marginalizados e como este próprio tratamento naturalizou essas questões, tornando-as questões problemáticas e estruturais na sociedade.

A análise dos trechos coletados foi possível através das metodologias citadas anteriormente neste capítulo, suas técnicas e compreensões teóricas e epistemológicas. Foi possível também através do conhecimento contextualizado do Brasil, de Mato Grosso e o tempo histórico em que esses jornais estavam inseridos. Por isso, há uma contextualização

da história do Brasil neste período, da história de Mato Grosso e o cenário jornalístico na época para que a compreensão e as suposições aconteçam sem anacronismo.

Depois da contextualização histórico-jornalística, as análises dos trechos permitiram o confronto com as ideias e temas da bibliografia utilizada para as discussões. Para que houvesse uma compreensão melhor do que se pretendia deste trabalho, utilizou-se autores que discorrem sobre a história dos grupos que escolhidos, população negra e população indígena, que desse a este estudo uma amplitude em temas como escravidão, racismo estrutural, discriminação, eurocentrismo e decolonialidade.

Desses temas e autores, pôde-se construir um apanhado de pensamentos que ajudam a configurar o debate neste estudo que é compreender este jornalismo como ator e naturalizador de questões problemáticas, estando sempre em ciência de que tais jornais eram frutos de seu tempo.

Esta pesquisa analisou 25 trechos divididos entre quatro jornais com tempo histórico de 1859 a 1889, abarcando assim o Brasil Império. Os jornais cujas edições foram lidas e trechos coletados são: A Imprensa de Cuyabá, O Liberal, A República e A Gazeta. A relação abaixo dos trechos, edições e jornais.

- A Imprensa de Cuyabá – exemplares de 1859 a 1874. Trechos analisados: julho de 1859 (dois trechos); agosto de 1859 (dois trechos); junho de 1860; maio de 1864 (dois trechos); setembro de 1874.
- O Liberal – exemplares de 1871 a 1879. Trechos analisados: dezembro de 1871; dezembro de 1873 (dois trechos); janeiro de 1874 (dois trechos); fevereiro de 1874; novembro de 1877; abril de 1879 (dois trechos).
- A República – exemplares de 1883. Trechos analisados: maio de 1883 (seis trechos).

- A Gazeta – exemplares de 1889. Trechos analisados: junho de 1889; dezembro de 1889<sup>1</sup>.

Os trechos não foram colocados por edições porque haviam exemplares sem identificação de edição nos acervos consultados.

Mais do que observar os aspectos jornalísticos de cada jornal, foi observado a opinião e ideais que cada um continha em suas páginas, sobretudo quando citavam negros ou indígenas. Nesses casos, os trechos foram selecionados e formaram o corpus desta pesquisa.

## 1.2 - O tempo histórico

Este estudo é derivado de outra pesquisa que analisa o jornalismo mato-grossense no século XIX, de forma específica, o período imperial que vai de 1822 a 1889. Portanto, precisou-se entender o Brasil, Mato Grosso e o Jornalismo durante o período conhecido como Brasil Império.

De modo geral, já passamos por esta etapa nos estudos recorrentes da vida acadêmica e do ensino básico. Portanto, é primordial o entendimento das ideias que pairavam neste tempo histórico, para então compreender o conteúdo encontrado nos jornais. É importante lembrar também - e esta foi uma máxima que perdurou durante a produção desta pesquisa - que os jornais são fruto de seu tempo. O normal para cada pessoa que participou de cada edição, era aquilo que foi veiculado por ela, ainda que hoje esse normal seja problemático.

A edição mais antiga em que foi feita a análise é de 1859. A última é de 1889, ano em que o Brasil se tornou república. Este intervalo de tempo entre 1859 e 1889 é equivalente ao Segundo Reinado do Império Brasileiro, comandado por Pedro II. É este, então, o tempo que daremos ênfase nesta contextualização.

---

<sup>1</sup> A edição de dezembro de 1889 data o dia 6, e ainda não é contada dentro do período republicano, visto que a notícia da Proclamação da República só chegou em Mato Grosso no dia 9 de dezembro.

### 1.2.1 - Segundo Reinado

O século XIX é primordial para a história brasileira devido a importância dos acontecimentos. É nele que acontece a vinda da Família Real Portuguesa para as terras de sua então colônia, com o Brasil se tornando a primeira colônia no mundo a ser capital de seu país colonizador (MAESTRI, 1997, p. 20).

É neste século também que o Brasil declara sua independência de Portugal, se tornando um reino, ainda que sofresse influências de outros países. Sob o comando de Pedro I, o Brasil então viveu o seu Primeiro Reinado, cheio de percalços e conflitos.

O Primeiro Reinado é marcado pela tentativa de estabilização do Brasil como nação, na tentativa de contenção política e econômica. As primeiras constituições do país surgiram neste período. Uma delas instituía o poder moderador do Imperador. Na época, apenas homens brancos tinham direitos políticos. Mulheres, negros e indígenas não eram lembrados (NEVES, 2011). Maestri afirma que na época, o país tinha cerca de 4.5 milhões de habitantes. Desse todo, 1,5 milhões eram negros (1997, p. 47). Ainda assim, não eram contemplados em direitos.

Durante todo o período do Primeiro Reinado, houve conflitos entre liberais e conservadores, que lutavam ou por um país livre de influências europeias ou um Brasil que deveria manter as o que fora estabelecido pelos portugueses, sobretudo no modo de governar. Esta primeira parte do império brasileiro se encerra em 1831, com a ida de Pedro I para Portugal, após muitos conflitos no Brasil e em seus país de origem.

Dom Pedro I abdica o trono em favor de seu filho, Pedro II, que na época tinha apenas cinco anos de idade. Iniciando assim o período conhecido como as Regências. Possui esse nome por conta dos regentes que comandaram o país enquanto Pedro II ainda não tinha idade suficiente para tal.

De 1831 a 1840, o período Regencial é repleto de mudanças políticas, muitas manifestações e levantes por todas as partes do território brasileiro.

Este período é marcado pela ausência de um imperador ou imperatriz efetivamente no governo brasileiro. D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, que, em 1831, estava com apenas cinco anos de idade. Para tal, como mandava a lei, era preciso indicar representantes para reger o país. Durante os nove anos de regências, muitos representantes passaram por este cargo, em conjunto ou individualmente. (SILVA, 2020, p. 25).

Tais regentes promulgaram atos que deixaram as províncias descontentes, como dar liberdade às regiões causando assim uma federalização dos territórios, dando-lhes autonomia. Todo esse descontentamento causou as revoltas do período Regencial, como a Farroupilha, Cabanagem e Rusga. Cada uma com motivos específicos, mas todas insatisfeitas com o rumo que o país estava levando.

Com a federalização do país, a ala conservadora ganhou força ao defender que todo o poder deveria estar sempre nas mãos do imperador, para que essas revoltas e todas as crises que as desencadearam não acontecessem. Com isso, a ideia de antecipar a maioridade de Pedro II foi amplamente difundida e aceita por políticos e comerciantes. Aos 14 anos, Pedro II assumia o trono do Império Brasileiro no que hoje é conhecido como Golpe da Maioridade.

Assim, inicia-se o Segundo Reinado. Foi um período marcado por grandes feitos, crescimento e afirmação do Brasil como uma nação independente (SILVA, 2020, p. 28). O então imperador sempre ponderou suas ações, era mais racional que seu pai, o que permitiu que sua soberania fosse aos poucos estabelecendo a ordem e a conjuntura do país (FROTA apud SILVA, 2020).

A política neste período é formada por resquícios de pensamentos e ideias dos períodos anteriores e sendo incorporados a novos horizontes como o abolicionismo e o movimento republicano que ganha força com o passar dos anos. O imperador administrava a ponto de aliviar os cargos públicos das mesmas figuras dos mesmos grupos políticos liberais ou conservadores.

O povo agia através das eleições para deputados, da qual Guilherme Frota tem observações a se fazer.

Opinava o povo através das eleições para deputados gerais, deputados provinciais e vereadores, estes municipais. Não se formara, porém, uma consciência eleitoral. E o processo, corrupto, dava sempre a vitória ao partido que se encontrava no poder, o qual se escudava em senhores locais, pequenos soberanos na terra onde habitavam. (FROTA, 2000, p. 345).

Para meados do período, a questão da abolição começou a ser um assunto recorrente na política. Com a resolução Bill Aberdeen, em 1845, a vinda de navios com negros

escravizados da África ficou mais difícil, mas não impossível. A Lei Eusébio de Queiroz em 1850 encerrou de vez o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil.

Isso fez com que muitos comerciantes que antes utilizavam da mão de obra negra escravizada passassem a utilizar de imigrantes, pagando-lhes suas despesas pelo serviço. Tais comerciantes eram responsáveis pelo cultivo de café, algodão e extração de borracha, que faziam girar a economia do país. Era mais barato aos comerciantes manter negros escravizados como mão de obra, logo, a questão da abolição não lhes agradava.

A Guerra do Paraguai foi o pontapé inicial para o declínio do império. A luta entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai devido a tudo o que envolvia a territorialidade da bacia do Rio da Prata ocorrida entre 1864 e 1870 mais desgastou o governo brasileiro do que o fortaleceu, apesar de terem saído vitoriosos.

O reino teve cerca de 50 mil mortos, a economia entrou em declínio, D. Pedro II teve sua imagem desgastada e a insatisfação na ala militar foi instaurada. O que ganhou força neste período foram as reclamações de diversos setores, até os pensamentos em movimento republicano, sendo a fundação do partido no mesmo ano do fim da guerra. (SILVA, 2020, p. 31).

Paralelo às crises causadas pela guerra, a questão abolicionista crescia mais e mais. Em 1871 veio a Lei do Ventre Livre, que dava liberdade aos filhos de negros escravizados nascidos a partir daquela data. Em 1885, foi a Lei dos Sexagenários, que alforriava os escravizados de 60 anos em diante. O ápice foi o 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, filha de Pedro II, que extinguiu a escravidão do Brasil. Cada uma dessas ações e leis incomodavam os comerciantes que utilizavam mão de obra escravizada.

Somada às questões abolicionistas, houve a crise entre a instituição imperial representada por Pedro II e a Igreja Católica. Na época, os bispos de Pará e Olinda não admitiam maçons nas atividades católicas, obedecendo à doutrina, isso afetou diretamente a cúpula do imperador, visto que grande parte dos seus membros eram frequentes à Maçonaria, o que deixou uma mancha na relação da monarquia com a Igreja Católica.

Tendo grandes movimentos e segmentos da sociedade ações contra Pedro II, faltava um primordial: os militares. O descontentamento destes foi pela desvalorização e descaso do império para com os poderes militares, sempre prometendo-lhes algo e não cumprindo (FROTA, 2000, p. 465).



O resultado de todos esses descontentamentos foi a madrugada do dia 15 de novembro de 1889, onde o Marechal Deodoro da Fonseca destituiu o Visconde de Ouro Preto do cargo e expulsou D. Pedro II junto da família imperial, que foram exilados para a Europa. Iniciou assim, a história da República do Brasil.

Durante todo esse período histórico, o jornalismo no Brasil foi aos poucos se estabelecendo como mecanismo político e sobrevivia justamente da política. De 1830 a 1850, Simões Junior garante que foi um período artesanal para a imprensa brasileira (2006). Artesanais, pois em sua maioria eram redigidos e impressos por uma só pessoa. A partir de 1850, com a consolidação do reinado de Pedro II, a imprensa passa por sua fase empresarial, onde os jornais se tornam empresas, com mais pessoas e mais possibilidades. É neste período que a literatura é incorporada às páginas dos periódicos.

A partir da década de 1860, os jornais se dividem entre os políticos e os literários, entre aqueles que sobreviviam apenas do cenário político e aqueles que abriam mais espaços às publicações dos homens letrados (SODRÉ, 1983, p. 192).

Ao passar dos anos, os jornais foram formando estilos e formas que se repetiam pela extensão do país. Noticiavam fatos, opinavam sobre eles e recheavam as páginas de seus periódicos com espaços dedicados aos leitores, com folhetins, com anúncios, brigas com jornais concorrentes e outras formas de textos e gêneros jornalísticos (MARTINS, 2011).

No período final do Império e pré-abolição, a imprensa brasileira teve um papel imprescindível para que isso acontecesse. Nomes como Luís Gama e Castro Alves lideraram nas páginas dos periódicos e fora delas o movimento de propagação dos ideais abolicionistas unindo grupos elitistas, camadas médias, estudantes e influentes da população negra (SILVA, 2020, p. 47).

Findando o período imperial do Brasil, o jornalismo saía fortalecido e consolidado em bases firmes, iniciando o período republicano já de modo a refletir sua importância em toda a história do Brasil: sendo ativo nas realidades do país e instrumento de mudança política e social.

## 1.2.2 - Mato Grosso no Segundo Reinado

A respeito da sociedade mato-grossense do período imperial, Elizabeth Madureira pontua:

[...] A exemplo daquilo que ocorria na maioria das províncias brasileiras: no topo da escala social, as elites dirigentes; no centro, uma rala camada média; e, na base, uma massa populacional que sequer era alfabetizada, que vivia num universo cultural diferenciado, onde a oralidade era a forma de transmissão, às gerações mais novas, dos valores culturais, religiosos e das formas de trabalho e produção. (SIQUEIRA, 2017, p. 87).

A sociedade mato-grossense, como disse Siqueira, não se distanciava daquilo que era a realidade da maioria das províncias brasileiras. Os direitos ficavam com os que mais poderes tinham e havia uma grande parte da população que sequer era lembrada. Suas vozes, saberes, vivências e experiência poucas vezes foram documentados. Quando foram documentados era através dos grupos dominantes, com seus olhares, opiniões, considerações e preconceitos.

Sobre o governo da província de Mato Grosso, do Segundo Reinado à Proclamação da República foram 28 governantes. Entre eles, militares, juristas, comerciantes e pecuaristas, às vezes um religioso ou engenheiro (SILVA, 2020, p. 34).

O cotidiano na província foi relatado várias vezes por expedições que passavam por estas terras, sempre encabeçadas por algum europeu. Uma das mais importantes foi a Expedição Langsdorff, comandada pelo russo Grigori Langsdorff. Em um dos relatos, ele comenta sobre alguns costumes da região de Cuiabá, por onde passou.

[...] Quando chove, as crianças entretêm-se em procurar ouro no meio das ruas, porque nos regos d'água que se formam descobrem sempre algumas palhetas. [...] A população não passa de 6.000 habitantes, a de toda a província de 30.000, sem contar os índios mansos e muito menos os bravios. [...] As mulheres de classe média e sobretudo inferior, são muito livres nas suas conversas, modos e costumes. O rio é 38 farto de pescado, sobretudo de junho até fins de dezembro. Então é o alimento principal do povo. (FLORENCE apud SIQUEIRA, 2017, p. 139).

Esses relatos expedicionistas ajudaram a construir um imaginário sobre como era o cotidiano mato-grossense naquela época. São nas minúcias dessas palavras, que na maioria das vezes pormenorizavam esse cotidiano, que é possível tecer um histórico sobre a cultura do mato-grossense, seus costumes, modos de agir e outros elementos que ajudam a entender a sociedade neste período.

Outro expedicionista alemão, Karl von den Steinen, fala sobre alguns costumes e algumas críticas à pobreza da região.

Os cidadãos cuiabanos são dotados de certa indolência e mesquinhez. [...] Apesar do ouro da terra e dos diamantes nos rios, o mato-grossense é pobre, falta-lhe necessária mão-de-obra, assim como a suficiente disposição para o trabalho. [...] As perspectivas do homem cuiabano são muito piores do que ele mesmo pensa... Não se habita impunemente o centro de semelhante continente.

[...] Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui. [...] A vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem acolhido. Ao fazer-se uma visita, pela manhã, recebe-se, como oferta, um cálice de licor [...]. Convidam para almoçar. Por parte do arranjo doméstico é simples. [...] As visitas que fazíamos à noite passavam-se num ambiente fresco e agradável. Abundância de cerveja e muita música. [...] Em geral, todos, pequenos e grandes, homem e mulher tinham paixão por doces, que sabiam fazer bem, provavelmente por os apreciarem tanto. (STEINEN apud SIQUEIRA, 2017, p. 143).

Steinen ao citar alguns dos costumes que percebeu enquanto passava por aqui, ajuda a identificar o que hoje já é possível considerar como cultura mato-grossense. Reitera-se, entretanto, que a visão de Steinen é puramente uma visão com traços no eurocentrismo que considerava uma cultura superior a outras, que rebaixava as demais nações e culturas.

Economicamente, a província sobrevivia do cultivo e venda de erva mate, látex, açúcar e a pecuária. Esses eram os pólos que comandavam a economia da província, a partir da mão de obra escravizada. Os negros escravizados que viviam em Mato Grosso, quando fugiam ou eram alforriados, podiam encontrar abrigo nos muitos quilombos formados em território mato-grossense.

No âmbito do jornalismo, Mato Grosso teve seu primeiro jornal produzido e solo mato-grossense em 1839, com o Themis Mato-grossense, que era produzido pela Tipografia Provincial. Depois dele, alguns outros de caráter oficial, que veiculavam os feitos do governo, também surgiram. O cenário muda a partir de 1848 o cenário muda com a venda da Tipografia Provincial, que passa a ser privada, e assim surgem os primeiros jornais de iniciativa privada de Mato Grosso. O Echo Cuyabano foi o primeiro.

Dentro dos jornais de iniciativa privada, houve então o primeiro periódico opositor ao governo imperial, o jornal A Imprensa de Cuyabá, que será tratado nos próximos capítulos deste estudo.

### 1.3 - Os jornais

Trataremos sobre os objetos de estudos em si, que são os jornais produzidos em Mato Grosso durante o século XIX. Delimitamos o tempo histórico a ser compreendido de acordo com a demanda de trechos encontrados em cada periódico e que estava de acordo com as temáticas escolhidas previamente.

As edições analisadas vão de 1859 a 1889, sendo os trechos correspondentes a três edições do jornal A Imprensa de Cuyabá; quatro edições do jornal O Liberal; quatro edições do jornal A República; e uma edição do jornal A Gazeta. Cada jornal tinha sua forma de fazer jornalismo, sua forma de tratar as notícias e comentar os fatos. Portanto, este item se encarregará de resgatar a história disponível de cada jornal, sua importância ao cenário mato-grossense da época, o contexto do ano em que as edições são analisadas e os trechos retirados.

Conforme já mencionado no subcapítulo metodológico, as escolhas dos jornais estiveram de acordo com a disponibilidade e quantidade de edições dos mesmos nos acervos consultados, além da disponibilidade dos trechos correspondentes a cada tema escolhido.

O período histórico correspondente ao tempo das edições analisadas equivale a metade do Brasil Império, conforme já esclarecido e lembrado no subcapítulo anterior, com seus respectivos acontecimentos, pensamentos, mudanças, características estruturais, culturais, políticas, etc.

Cada um dos jornais escolhidos equivale a um período entre 1859 e 1889, às vezes um era contemporâneo de outro. Tais jornais obedeciam ao que era regra no jornalismo brasileiro nos idos do século XIX: sobreviviam do cenário político do reino. Eram periódicos que, apesar de uma grande parte ser dedicada aos assuntos políticos, ainda informava seus leitores acerca de assuntos considerados importantes no dia a dia da província. Um desses assuntos eram os anúncios sejam de compra e venda de utensílios ou compra, venda e fuga de homens e mulheres escravizados.

Os acontecimentos e fatos eram comentados pelos editores dos jornais, o que, segundo Martins (2011), garantia a sua procura. O período do Segundo Reinado diverge em si nos movimentos dentro do jornalismo, mas de forma geral, as regiões menos populosas acabam repetindo os modos dos eixos populosos e avançados do Brasil.

Se nos primeiros anos do Segundo Reinado os acontecimentos tiram de cena o liberalismo e afirmam o poder monárquico, a partir da década de 1860, com as

leis abolicionistas, crises na base econômica e com a questão militar no Paraguai, o cenário tende a mudar na imprensa. (SILVA, 2020, p. 46).

O trecho acima evidencia as mudanças dentro do período e essas mudanças são sentidas também nos periódicos produzidos em Mato Grosso. Jornais que contêm características semelhantes, como o visual, a divisão entre editorias ou seções, mas que se diferem nas opiniões, há jornais que apoiam o governo provincial e a soberania do império, e há jornais que são oposição e que discutem ideias republicanas, contra a monarquia e a favor de uma outra forma de governo.

As informações coletadas dos jornais, alguns mais completos acerca de seu histórico e outros mais escassos, foram feitas com base na pesquisa de Rubens de Mendonça (1951), que apesar de antigo, continua sendo a base para quaisquer outros estudos sobre história do Jornalismo em Mato Grosso.

### 1.3.1 - A Imprensa de Cuyabá

O periódico A Imprensa de Cuyabá era um órgão político que circulou a partir de 23 de julho de 1859, portanto o mais antigo dos jornais analisados nesta pesquisa. O jornal foi fundado por João de Souza Neves e pelo Padre Ernesto Camilo Barreto. A tipografia que produzia e imprimia o jornal era de aquisição do próprio João de Souza Neves e se chamava Tipografia Souza Neves e Cia. Essa tipografia particular deu à província o primeiro jornal de oposição ao governo.

O jornal continha um design em formato *standart* e na maioria das edições é dividido em três colunas. Seu conteúdo é diversificado dentro daquilo que é o jornalismo no Brasil oitocentista.



interessante era a publicação de anúncios, inclusive de compra e venda de escravos, aluguel de imóveis, venda de bilhetes de espetáculos teatrais etc. Historiadores destacam também a contribuição histórica a Mato Grosso desse periódico, uma vez que ele noticiou vários aspectos do conflito que ficou conhecido como a Guerra da Tríplice aliança, que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. (ROCHA, 2017, p. 10).

Andrade (2016) e Zaramella (2004) entretanto afirmam que o pioneirismo do Imprensa ao ser oposição ao governo garantiu a outros jornais a possibilidade de se posicionarem contra, além da demissão do governador provincial, mas não sem antes prejudicar alguns envolvidos do jornal. Um dos periódicos que pôde usufruir do pioneirismo é O Liberal.

### 1.3.2 - O Liberal

O jornal O Liberal tem seu início em 1871, também em formato standard. Se diferencia da imprensa mato-grossense por ser mais aberto em questões temáticas, em gêneros abordados e tal como o Imprensa de Cuyabá, o posicionamento político era de oposição ao governo imperial.

Jornal O Liberal, janeiro de 1874.

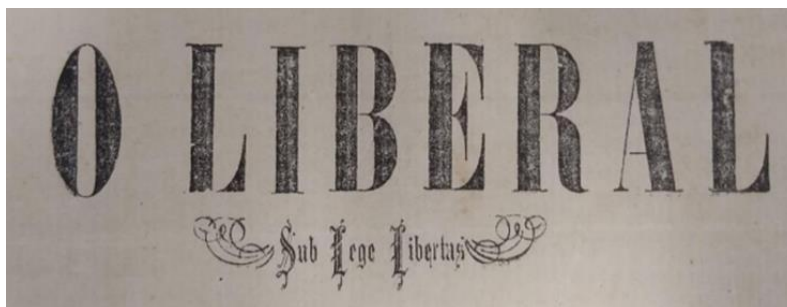


Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso

O periódico sempre apresenta um cabeçalho na capa com o título que nunca mudou no decorrer das edições analisadas. O lema do jornal, que se posicionava abaixo do nome,

era a frase em latim *Sub Lege Libertas*<sup>2</sup>. O título e lema do jornal evidenciam sua posição editorial e política.

Jornal O Liberal, de janeiro de 1874.



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso

O jornal mantinha algumas seções em suas edições, ‘Noticiário’ era uma delas, onde narrava e comentava fatos que ocorriam no cotidiano de Cuiabá e da província como um todo, mas de forma menos frequente.

As notícias que preenchiam esta editoria percorriam desde resumos de audiências jurídicas, perpassando por ocorrências da polícia até os feitos do imperador. Por sua vez, eram sempre comentadas e criticadas. (SILVA, 2020, p. 66).

O Liberal traz alguns termos jornalísticos como ‘Última hora’ e, apesar da opinião e comentários, a forma como narra os fatos muito se aproxima da estrutura que hoje chama-se de ‘lide’ no jornalismo. Sempre em seu texto, os editores reafirmavam a importância daquele jornal e de sua existência, como sendo um mecanismo de política de oposição e completo serviço à população mato-grossense. Era a forma de exibir a importância do jornalismo mas também de garantir motivos para que o jornal continuasse a ser circulado e comprado.

O periódico também traz a seção noemada A pedido que era designada para os leitores que quisessem ter um espaço nas edições. Esses espaços eram preenchidos de formas diferentes. Nas edições analisadas é possível identificar textos opinativos, respostas às notícias e comentários dos editores, poemas dirigidos a alguém - em sua maioria, mulheres -, e anúncios de compra, venda ou fuga de negros escravizados.

---

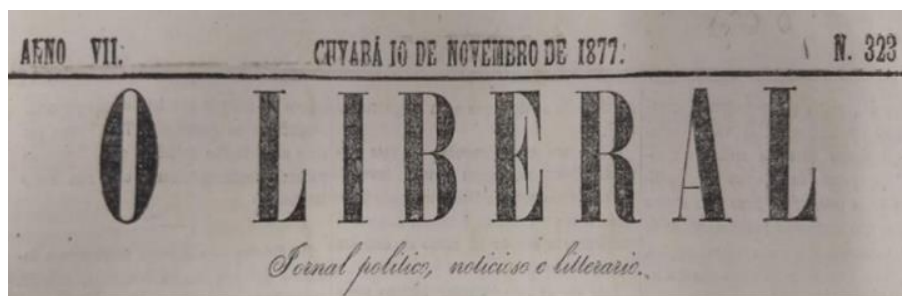
<sup>2</sup> Em tradução literal Sob a lei da liberdade.



O jornal O Liberal sempre manteve a fórmula de quatro páginas e essas divididas em três colunas nas edições analisadas. Dividia também seus assuntos e temas por tarjas de tinta. O periódico era sempre assinado por A. P. da S. Brandão, que se denominava editor. Em edições posteriores ele já assina seu nome por extenso: Antônio Pereira da Silva Brandão. No rodapé das edições há a informação acerca da tipografia no qual o periódico era impresso: Typographia do Leberal, com endereço na Rua do Rosário.

Em uma edição de 1877, o jornal já muda seu lema para Jornal politico, noticioso e litterario.

Jornal O Liberal, novembro de 1877.



Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso.

Litterario, porque passou a colocar fragmentos de publicações literárias em suas edições, sempre ao rodapé das páginas. Em cada edição um pouco da obra era publicada no jornal, esse foi um movimento que ocorria no Brasil todo, quando os periódicos passaram a publicar livros em suas páginas, tal como novelas.

No Brasil, a partir da década de 1860 surgem muitos jornais literários com suas páginas cheias de escritos dos homens letrados como Machado de Assis, Castro Alves, Raul Pompéia, dentre outros. E muitas obras que hoje são consideradas clássicas foram lançadas em forma de folhetim dos jornais da época.

Até uma parte do período imperial, havia uma certa divisão dos locais de veiculação de assuntos políticos e outros assuntos considerados mais supérfluos, mas ao passar dos anos isso foi mudando, como discorre Martins.

Na perspectiva material daqueles impressos, o formato das publicações - jornal e revista - permaneceu praticamente o mesmo até meados do Império, conhecendo melhorias em função de episódicos avanços técnicos. A anterior divisão da política nos jornais e a literatura nas revistas fundia-se agora no jornal, pois eram literatos os homens da imprensa que acabavam por fazer política. (MARTINS, 2011, p. 56-57).

Apesar de seguirem a forma de fazer jornalismo que predominava pelo Brasil, Pedro Rocha Jucá garante que esses jornais privados tinham uma importância significativa para a sociedade, pois eram eles em sua maioria que faziam o trabalho de oposição ao governo provincial: “Duas características básicas desses jornais: vida curta e quase todos se radicalizavam politicamente” (JUCÁ, 2009, p. 50).

Mesmo sendo um jornal que se colocava contrário a mentalidades dominantes, o Liberal abria espaço em seu jornal para anúncios de compra, venda e fuga de negros escravizados e em nenhuma das edições analisadas houve qualquer comentário sobre a questão da abolição dos escravos, que já era amplamente discutida em periódicos pelo Brasil (MARTINS, 2011).

Entretanto, essa era uma realidade presente em alguns jornais brasileiros que se colocavam como liberais ou abolicionistas, apesar de defenderem a liberdade a todos os seres humanos, não deixavam de alimentar o pensamento e engrenagem escravocrata através de tais anúncios.

Devido a essas posições que pareciam contraditórias, muitos jornais que eram integralmente abolicionistas criticavam e provocavam seus concorrentes com artigos de opinião, como o caso do O Leopoldinense, de Minas Gerais.

O Leopoldinense se declarava abolicionista, mas além de manter anúncios de pessoas escravizadas, ainda comentava questões cotidianas que envolviam os negros. Como o caso de uma mulher escravizada que sofreu castigo por parte de sua proprietária. O jornal Leopoldinense criticou o fato da proprietária ter sido detida por ter castigado violentamente a mulher escravizada. O Leopoldinense não esteve de acordo com a detenção porque, segundo eles, o castigo foi moderado e não era necessário a ação da polícia (O LEOPOLDINENSE, 1882, p. 2).

Outros periódicos criticaram a opinião do Leopoldinense, que se denominava abolicionista, já que as ideias divulgadas por tal jornal, não se mostravam favoráveis à causa. O Leopoldinense respondeu a essas questões como narra Jácome:

A defesa escravista fez com que essa folha fosse duramente criticada até mesmo por jornais de outras províncias. Ao responder uma nota do jornal paulista Século, em que fora taxado de escravocrata, O Leopoldinense dizia-se “abolicionista”, mas não como o “tresloucado jornalista que acompanhava Joaquim Nabuco”, e defendia que o escravo seria uma propriedade como qualquer outra, que tentar

arrancá-lo de seu dono seria o equivalente a um roubo [...]. (JÁCOME, 2021, p. 125).

Assim como o Leopoldinense, muitos outros periódicos no Brasil adotavam uma postura e opinião de serem abolicionistas, de trabalharem pela liberdade de pessoas escravizadas, mas não completamente a ponto de combater o pensamento e a engrenagem escravocrata. Acreditavam que as leis que estavam sendo promulgadas ao decorrer dos anos, que aos poucos iriam alforriando, seriam as únicas e necessárias atitudes a serem tomadas. Leis como a do Ventre Livre e do Sexagenário, ainda que eficientes de algum modo e etapas de uma futura abolição completa, mostraram-se, na verdade, artifícios que ainda beneficiavam os grandes escravocratas (MARTINS, 2011).

A abolição defendida pelo periódico mineiro não apontava, no entanto, para projetos factíveis, aferrando-se na ideia de que a Lei do Ventre Livre, de 1871, já seria suficiente para eliminar gradual e lentamente a escravidão no Brasil. Posicionando-se enfaticamente contra o que chamava de “abolição prompta”, e esquecendo-se dos anúncios que publicava, esse jornal afirmava que os escravizados gozavam já de uma “semi-liberdade”. Por isso, não deveriam ter suas imaginações exasperadas já que “ideias livres estampadas no cérebro de escravos podem produzir resultados funestos”. (JÁCOME, 2021, p. 125).

O trecho acima ainda citando o jornal mineiro O Leopoldinense mostra, portanto, a presença de jornais liberais, opositores aos governos provinciais e ao governo imperial, alguns se colocavam como abolicionistas, mas que não eram completamente agentes de erradicação do pensamento escravocrata, pois naturalizavam essas questões nas páginas de suas edições, tal como o jornal O Liberal, mato-grossense que escolhemos para compor este estudo.

Os trechos de anúncio de compra, venda e fuga de negros escravizados são alguns dos objetos de análise deste estudo, onde discutiremos nos próximos capítulos.

### 1.3.3 - A República

Poucos acervos reúnem um histórico sobre o jornal A República e poucos autores discorrem sobre sua origem e tempo hábil. Sabe-se apenas por meio das informações de Rubens de Mendonça (1951) que sua primeira edição foi lançada em 3 de maio de 1883 e que a direção do periódico ficava por conta de Francisco Agostinho Ribeiro.



Fonte: Hemeroteca Nacional

O jornal também tinha um formato *standart* e era dividido em quatro colunas. Abaixo do título, havia o lema *Organ Democrático*, o que já evidenciava o seu posicionamento político. No artigo veiculado em sua edição de estreia, o editor refere ao *República* como o primeiro órgão democrático da província.

Ainda neste primeiro artigo da edição de lançamento, o texto ocupa as duas primeiras páginas do jornal, onde o editor faz ponderações acerca do pensamento e opiniões que o periódico defende.

Jornal A República, maio de 1883.

Acompanhando a evolução progressista que é a propaganda universal. *A Republica*, respeitando as instituições do paiz, será inflexível descortinando os erros do systema monarchico: não vacillará diante de qualquer dificuldade moral ou material que se oppuzer á sua marcha mansa e pacifica, e nesse proposito, o seu intento é ser util ao paiz e fazer com que a mocidade matto-grossense, a exemplo da mocidade de outras provincias, desde já se empentre da necessidade palpitante da regeneração do Brazil.

Fonte: Hemeroteca Nacional.

Ao mencionar que os erros da monarquia serão descortinados o editor garante o descontentamento com esse regime de governo, o que era evidente desde o nome do jornal. Em outro trecho, o editor diz que o jornal é uma semente no solo matto-grossense, ainda que não fossem ligados ao partido republicano.

Ao decorrer do mesmo artigo, o editor segue referenciando os objetivos e preocupações do jornal, chegando a um trecho onde discorre sobre a finalidade dele.

Jornal A República, maio de 1883.

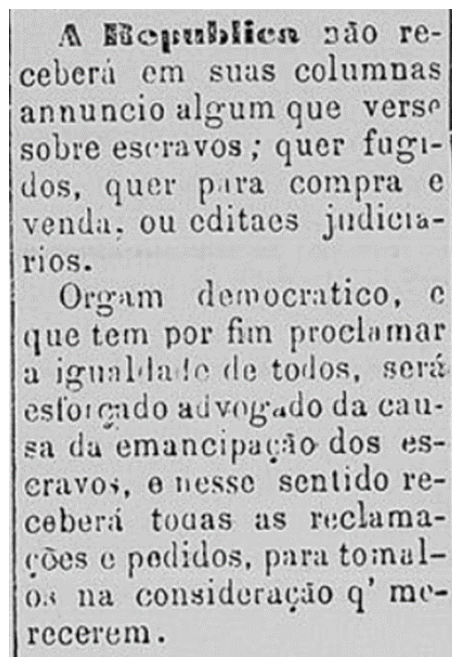
**A Republica.** — Sendo exclusivamente destinada á defeza dos direitos de povo e dos interesses da provincia, as suas columnas são franqueadas ás pessoas que quizerem honrarnos com publicações de reconhecida utilidade publica, de accordo com o programma.

Fonte: Hemeroteca Nacional

No trecho, o editor afirma a posição do jornal de ser um defensor dos direitos da população e que o conteúdo a ser vinculado naquelas páginas também não deveria ir pela contramão desse princípio. Este trecho, que se assemelha a um aviso, provavelmente era dirigido àqueles que poderiam anunciar nas páginas do periódico. A pensar deste modo, logo remete-se acerca da questão dos anúncios de compra, venda e fuga de escravizados, visto que rendia lucros à administração dos jornais.

Entretanto, em seguida ao último trecho há outro onde o editor expõe a opinião do A República a respeito de tais anúncios.

Jornal A República, maio de 1883.



A Republica não receberá em suas columnas annuncio algum que verse sobre escravos; quer fugidos, quer para compra e venda, ou editaes judicia-rios.  
Organ democratico, e que tem por fim proclamar a igualdade de todos, será esforçado advogado da causa da emancipação dos escravos, e nesse sentido receberá todas as reclamações e pedidos, para tomal-os na consideração q' merecerem.

Fonte: Hemeroteca Nacional

“Organ democratico, e que tem por fim proclamar a igualdade de todos, será esforçado advogado da causa da emancipação dos escravos [...]” (A REPÚBLICA, 1883). O trecho presente na primeira edição veiculada do jornal A República já mostra a posição dele quanto à questão da escravidão, sendo assim um jornal completamente abolicionista.

Obviamente, nas edições deste periódico não foram encontrados anúncios de compra, venda ou fuga de escravos. Por ser um jornal que teve o seu início e apogeu na última década do império brasileiro, bebia das fontes de outros jornais inflamados por ideais republicanos e abolicionistas que permeavam os pensamentos dos intelectuais da época.

Com os jornais republicanos ganhando força no final da década de 1870 no Brasil (SIMÕES JUNIOR, 2006), o jornalismo abolicionista também ganhou força na década de 1880. Tinha em figuras como Luís Gama, André Rebouças e Castro Alves seus grandes impulsionadores e ganhou espaço nas praças políticas e sociais do país. Martins discorre sobre esse movimento que foi ganhando muita força no império, apesar da estrutura social do país considerar a escravidão algo normal e natural.

A cada linha de atuação, emancipacionista ou abolicionista, e a cada sociedade libertadora ou clube abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal. Consta que até mesmo os filhos da princesa Isabel - envolvida com a abolição, sobretudo, por sua formação católica - publicavam um jornalzinho abolicionista no Palácio de Petrópolis. (MARTINS, 2011, p. 75).

O jornal A República era um defensor dos direitos da população, se colocava como abolicionista e não propagava anúncios de compra, venda ou fuga de pessoas escravizadas.

Entretanto, é no jornal A República que encontramos um artigo acerca da presença de indígenas no centro de Cuiabá e toda a repercussão que este fato causou na sociedade e nos editores dos jornais. Este trecho foi captado para análise que é feita nos próximos capítulos deste trabalho

#### 1.3.4 - A Gazeta

O jornal A Gazeta tem sua origem em 1 de dezembro de 1888. Era propriedade de Vital Batista de Araújo, que se colocava como proprietário e diretor. Era republicano e fez muita propaganda da democracia (MENDONÇA, 1951). Seu escritório e oficina localizavam-se em um sobrado no Largo da Sé, hoje Praça da República.

O jornal nasceu pouco menos de um ano antes do 15 de novembro de 1889 - Proclamação da República. Mas obviamente, fazia campanha para este acontecimento. Tal como o A República, poucos autores discorrem sobre a história do jornal A Gazeta além de Rubens de Mendonça (1951) e Pedro Rocha Jucá (2009), que também traz poucas informações.

Em sua história, o jornal A Gazeta foi contratado para divulgar os atos oficiais, ou seja, por algum tempo fazia o serviço de Diário Oficial do governo. Fez este serviço até 2 de maio de 1890.

Foi o jornal A Gazeta que noticiou o fim do Império e a Proclamação da República. A notícia chegou apenas em 9 de dezembro de 1889, quase um mês após a expulsão da família de Pedro II e a proclamação feita pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

De mês em mês chegavam as embarcações da antiga Companhia Nacional de Navegação e Cuiabá recebia informações do Rio de Janeiro. Aos primeiros minutos daquele dia chegou o pacote “Coxipó”. O comandante trazia um expresso para as autoridades cuiabanas comunicando o importante acontecimento. A Guarnição de Cuiabá era constituída pelo 8º Batalhão de Infantaria, em frente à Igreja de São Gonçalo, no Porto, e pelo 21º Batalhão de Infantaria, que ficava onde hoje está o Palácio da Instrução. A uma hora da madrugada, o Sr. Victal Baptista de Araújo foi acordado pelo tenente-coronel José Marques de Fontes e pelos majores Ernesto Frederico de Oliveira e André Virgílio Pereira de Albuquerque, que lhe comunicaram a notícia da Proclamação da República. (JUCÁ, 2009, p. 78).

O jornal A Gazeta noticiou o fato descrevendo os acontecimentos de acordo com as instruções de testemunhas. Não apenas informou o início de um novo governo no país, mas também um novo governo para a Província de Mato Grosso, o general Antônio Maria Coelho (JUCÁ, 2009, p. 79).

Das edições disponíveis para análise nos acervos, o exemplar da edição que anuncia a república do Brasil não está disponibilizado ou não foi encontrado.

Jornal A Gazeta, junho de 1889.



Fonte: Hemeroteca Nacional



Acima está a edição mais antiga disponível para análise. Com quatro colunas e muito texto, o jornal A Gazeta sempre referenciava suas informações e sessões.

Em edições posteriores o jornal já aparece mais visualmente enxuto, com três colunas de textos e fonte do título diferente. A estrutura do jornal era dividida em noticiário, textos dos leitores e anúncios comerciais. As edições disponíveis são pós abolição da escravidão, não foram encontrados anúncios de compra, venda ou fuga neste periódico.

Das edições disponíveis para análise dos arquivos e acervos, apenas uma foi escolhida para este estudo devido a presença de um artigo de opinião sobre a presença dos indígenas no centro de Cuiabá. Nas outras edições, não foram encontrados trechos semelhantes ou que remetesse às categorias escolhidas para o estudo.

## Capítulo II – Os anúncios de negros escravizados nos jornais mato-grossenses oitocentistas

Dentro dos recortes encontrados nos jornais analisados, foi possível retirar trechos que discutiam acerca da presença da população negra, em sua maioria escravizada, na sociedade mato-grossense da época. Grande parte da presença dos negros nos jornais se dá na sessão designada aos anúncios de venda, compra e fuga de escravos ou nos boletins policiais.

É natural - repita-se - que numa sociedade patriarcal e escravocrata como a nossa, no tempo do Reino e do Império, os anúncios de maior significação fossem os de escravos: compras, vendas, troca, aluguel, leilões e fugas. Anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista. (FREYRE, 1979, p. 15).

O que Freyre diz é que aqueles anúncios eram frutos de seu tempo, que se adequavam às solicitações da sociedade, aos mandos e desmandos daqueles que estavam no meio de toda a engrenagem imperial. Era o uso do jornalismo para a consolidação da estrutura escravocrata (SODRÉ, 1983, p. 182). Portanto, era comum a presença de tais trechos nos jornais veiculados na época.

Logo, em Mato Grosso não seria diferente. Pedro Rocha Jucá (2009) garante que o jornalismo feito aqui, era cópia do jornalismo feito em toda a extensão do império. Um jornalismo que sobrevivia das disputas políticas entre os grupos locais que seguiam aspirações nacionais. Suas particularidades ficavam à cargo dos materiais que vinham em demanda da população, quando esses editores dos periódicos se colocavam em posição de opinar sobre os costumes ou acontecimentos da cidade, ou quando a própria população levava suas questões e necessidades. Neste ponto, os anúncios de pessoas escravizadas também falam sobre a sociedade da época. Os capítulos anteriores deste trabalho mostram este movimento do jornalismo no Brasil e em Mato Grosso.

Dos jornais analisados para este estudo, o trecho mais antigo encontrado data julho de 1859, na edição de número 2 do periódico A Imprensa de Cuyaba.

**FUGIDAS.**

Ao Capitão Miguel Angelo de Oliveira Pinto, morador no lugar denominado Coqueiros, freguezia de S. Antonio do rio abaixo, fugio um escravo por nome Constantino, idade 40 annos, que lhe tocou na herança do finado seu tio Manoel Pinto Gueles. Tem os seguintes signaes: rosto comprido, alguma barba e quebrado, 50\$000 de gratificação á quem o levar preso ao engenho do annunciante no lugar acima referido.

Fugio desta Cidade no mez de Março um cabra preto de nome Joaquim, de idade de 30 annos, estatura regular, cheio do corpo, boa dentadura, falla desembaraçado, e bastante estoivado no trabalho. É natural desta Provincia filho de uma escrava do Sr. José de Pinho Viegas, e levou um parrelho de roupa de algodão grosso, uma calça e jaqueta de panno azul, e uma rede de algodão trançado riscado. Julga-se que anda nas immediações de Perahin, ou Perisal onde foi apprehendido o outro escravo Bernardino, pardo, que tinha fugido junto com elle. Quem o prender e levar a seu Sr. José Porfiro Antunes, na rua da Sé, terá a gratificação de 100\$000 reis.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A subseção Fugidas designa um lugar específico dentro da estrutura deste jornal para as solicitações advindas. Nesse caso, é relatado a fuga de dois homens negros, designados cada qual por 'escravo' e 'cabra preto', respectivamente. Ambos são nomeados e descritos por suas características. Apesar dessa caracterização dos homens escravizados existir para facilitar a busca daqueles que o procuram, com o tempo, elas passaram a alimentar os estudos de identificação dos muitos povos africanos e seus remanescentes vindos para o território brasileiro, como garante Talyta Souza:

Os anúncios de fuga são importantes como fontes primárias, pois expõem uma descrição minuciosa dos cativos. Os recursos linguísticos foram bastante utilizados para descrever e exaltar as características dos escravizados nos anúncios tanto de fuga quanto de venda. Todos os sinais e marcas que pudessem identificar o escravizado fugido eram descritos, os quais poderiam ser suas características físicas: cabra, alto, sinal visível de uma verruga, rosto comprido, mulato claro, bem parecido, grosso, não possui barba alguma, olhos grandes, cabeça pequena, um tanto ruivo, cabelo carapinhado, dentes limados, pés grandes, seco. A profissão: sapateiro, ferreiro, pedreiro, vaqueiro, carpina, marceneiros;

seus vícios: andar mascando fumo, gosta de beber aguardente, jogar; e as doenças: cor amarelada por causa de uma hitirice que padece a tempos, cisura de panarício no dedo polegar de uma das mãos... (SOUSA, 2014, p. 247-248).

Em uma edição de agosto de 1859, foram encontrados mais anúncios de fuga de negros escravizados, nos mesmos parâmetros ditos acima.

Jornal A Imprensa de Cuyaba, de agosto de 1859.

**FUGIDAS.**

A Sabino José de Mello, residente em serra a cima fugio, a mais de um anno, um seo escravo de nome Athanasio, creoulo, estatura baixa, corpo e pescoço grosso, com um signal na cara e dentes abertos. Quem o prender e levar a rua Augusta, n. 27, será gratificado com cincoenta mil reis.

Ao Capitão Miguel Angelo de Oliveira Pinto, morador no lugar denominado Coqueiros, freguezia de S. Antonio do rio abaixo, fugio um escravo de nome Constantino; idade 40 annos, que lhe tocou na herança do finado seo tio Manoel Pinto Guedes. Tem os seguintes signaes: rosto comprido, alguma barba e é quebrado. 50\$000 de gratificação á quem o levar preso ao engenho do annunciante no lugar acima referido.

Fugio desta Cidade, no mez de Março, um cabra preto do nome Joaquim, idade de 30 annos, estatura regular, cheio do corpo, boa de tadura, falla desenbaraçado, e é bastante estouvado no trabalho. É natural desta Provincia, filho de uma escrava do Sr. José de Pinho Viegas e levou um parelho de roupa de algodão grosso, uma calça e jaqueta de panno azul, e uma ede de algodão trançado riscado. Julga-se que anda nas immediações do Pirahin, ou Pirisalondo foi apprehendido o outro escravo Berradino, pardo, que tinha fugido junto com elle. Quem o prender e levar á seo Sr. José Porfirio Antunes, na rua da Sè, terá a gradificação de 100\$00 reis,

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

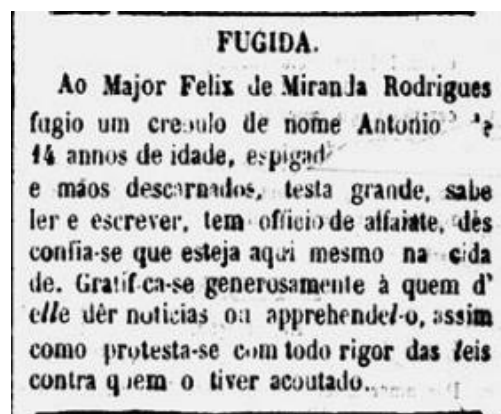
Nota-se que os mesmos anúncios dos escravizados fugidos nomeados Constantino e Joaquim, veiculados na edição de julho, repetem também aqui. Isso denota a insistência de seus senhores para obter de volta suas posses. O anúncio inédito da edição busca um Athanasio, que é descrito como creoulo.

É interessante datar que ao descrever os negros escravizados, os anúncios figuram os objetos e pertences que vão com os mesmos. No trecho do escravo Joaquim, é dito que

ele fugiu com uma jaqueta de panno azul, peça de roupa que ajuda a cobrir os ombros para a época. Esta descrição não vem por acaso, visto que raramente homens escravizados portavam peças de roupas que cobrissem sua parte superior. Machado (2021) afirma que desde crianças, os homens eram acostumados a ceroulas ou calças, sem a necessidade de camisa. Logo, chamaria a atenção um negro portando uma peça de roupa que não lhe era de costume, sendo um adendo à identificação.

Em uma edição de junho de 1860, chama à atenção a idade de um escravizado fugido.

Jornal A Imprensa de Cuyaba, de junho de 1860.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Com 14 anos de idade, o jovem nomeado de Antonio, conforme as informações do anúncio, sabia ler, escrever e trabalhava como alfaiate. Um caso diferente do que foi descrito nos demais. Não era de todo incomum que um negro escravizado soubesse ler e escrever no país, pois cada região tinham suas exceções. Era comum, na verdade, que seus senhores optassem pelo letramento de jovens que pudessem crescer em suas propriedades e ajudassem na contabilidade e administração de seus negócios, mas sob o regime de escravidão.

Observando, entretanto, o contexto mato-grossense, onde mais da metade da população branca era analfabeta, encontrar um jovem negro escravizado que sabia ler e escrever era sim incomum (SIQUEIRA, 2017). Por isso, observa-se no anúncio que quem busca o jovem deseja gratificar generosamente a quem o encontrar, e garante que a lei agirá diante daqueles que compactuam com a fuga do mesmo. Fica claro assim, que o jovem negro era muito valioso e possivelmente útil ao seu senhor.

A ideia de que o anúncio da fuga de um negro escravizado fazia parte do serviço à população era bastante frequente em jornais pelo território brasileiro, mesmo jornais de oposição ao governo imperial e de ideais republicanos. Em muitos casos os periódicos se apresentam como republicanos ou liberais, mas não se apresentam como abolicionistas, ou não citam, naquela edição, termos ou sentenças que transmitiam o pensamento. Logo, esses trechos surgem como discursos que naturalizavam as relações dos brancos senhores e dos negros escravizados (SILVA, 2020, p. 89).

Em alguns casos havia brigas entre os jornais que se diziam liberais ou opositores ao regime escravocrata, pois alguns realmente trabalhavam e não perpetuavam discursos que naturalizavam a questão, e outros embora se colocavam como abolicionistas, mas designavam espaço em seus jornais para anúncios ou até faziam comentários, como é o caso do periódico O Leopoldinense de Minas Gerais, comentado no capítulo anterior.

Isso é evidente diante do contexto histórico em que se estava inserido. Mais do que isso, os trechos encontrados nos jornais refletem os costumes e as convenções sociais da época, e algumas perpetuaram com o tempo. Os senhores que detinham poder sobre negros escravizados, tinham sobre eles o direito de liberdade, logo, quando os mesmos fugiam, seus senhores achavam-se no direito de reivindicar a busca daquilo que era sua propriedade (MACHADO, 2021).

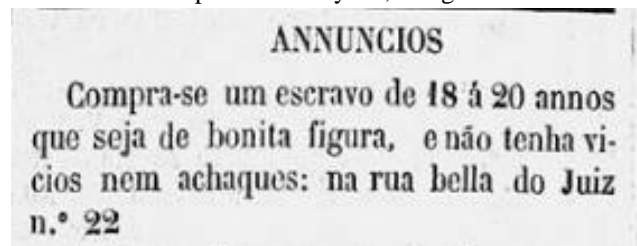
O negro escravizado, na verdade, podia ser visto como tudo, exceto pelo ser humano que era. Da mercadoria ao objeto de prestígio social, Emília Costa comenta:

O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria. Além de quê, possuir escravos conferia ao indivíduo posição social. (COSTA, 1998, p. 72).

Era como uma questão de sobrevivência dos homens brancos de um certo poder aquisitivo terem escravos, visto que aquilo lhes conferia a identidade de quem eram, o prestígio de serem vistos como grandes, a utilidade nos campos de trabalhos, além do apoio por parte dos iguais. Por isso, era também normal que quando quisessem procurar os escravizados que fugiam, que procurassem os jornais para tal, já que o jornalismo pairava sobre o pensamento de serviço à população.

Os jornais não eram ferramentas apenas para a busca de negros escravizados que fugiam, mas também de compra e venda. Nas edições de jornais analisadas, foram encontrados alguns trechos, em menor quantidade, mas que chamaram a atenção.

Jornal A Imprensa de Cuyaba, de agosto de 1859.



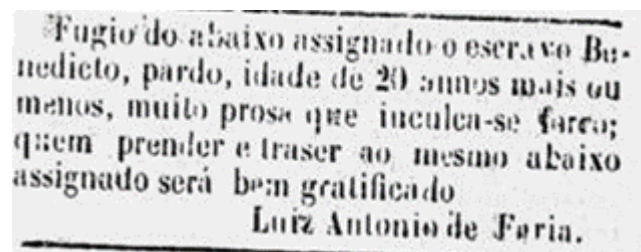
ANNUNCIOS  
Compra-se um escravo de 18 á 20 annos  
que seja de bonita figura, e não tenha vi-  
cios nem achaques: na rua bella do Juiz  
n.º 22

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O anunciador desejava comprar um negro escravizado jovem, e de acordo com as características que ele descreve para o mesmo, é que ele tivesse boa saúde, deduz-se que para o trabalho. Ao especificar que ele não tenha vícios nem achaques, o anunciador deixa a entender que ele não quer possíveis problemas com a sua aquisição.

Dentro das edições analisadas dos jornais escolhidos, ainda encontrou-se mais anúncios.

Jornal O Liberal, de fevereiro de 1874.



Fugio do abaixo assignado o escravo Be-  
nedito, pardo, idade de 20 annos mais ou  
menos, muito prosa que inculca-se fureo;  
quem prender e trazer ao mesmo abaixo  
assignado será bem gratificado  
Luiz Antonio de Faria.

Fonte: Hemeroteca Nacional

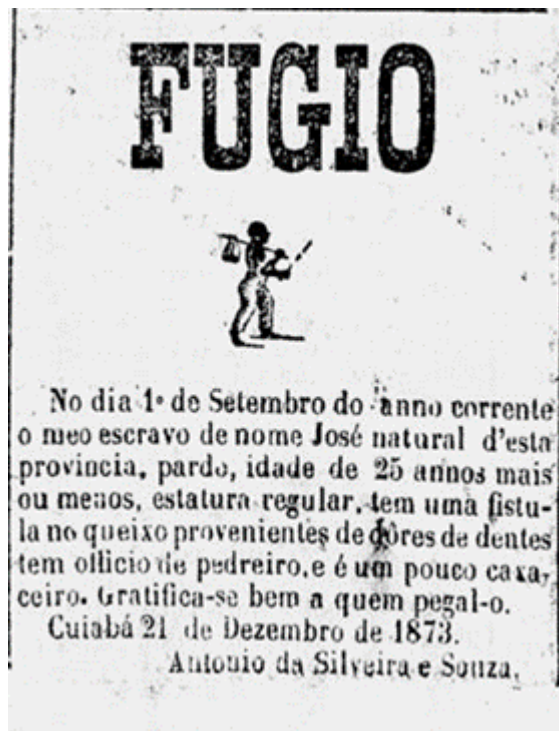
No anúncio de fuga acima, o proprietário Luiz Antonio busca por Benedicto, que descreve como pardo, com idade de 20 anos e que, segundo o escrito, é ‘bom de prosa’ o suficiente para se passar por alforriado.

Há um pensamento diante do uso de negros jovens como escravos, de que se trazidos da África nesta idade, entre os 8 e 20 anos, não tinham um completo aprofundamento nos costumes e raízes de seu povo (FRAGINALS apud SILVA, 2013). Tanto mais os jovens que já nasciam em solo brasileiro e escravizados. Tais jovens não conheciam seu berço, sua

cultura mãe, eram impostos ao considerado correto por homens brancos e todos os padrões de civilidade que andavam com ele (SILVA, 2013, p. 120-121).

Em outras edições do Liberal aparecem mais anúncios.

Jornal O Liberal, dezembro de 1873.



Fonte: Hemeroteca Nacional.

Nos mesmos moldes dos outros anúncios, este também caracteriza seus objetos de busca, detalhando estatura e idade.

A partir destes anúncios de fuga e venda, é possível refletir acerca da presença da população negra nesses jornais analisados, levando em conta que este era o cenário nacional de acordo com os estudos realizados. De certa forma, essa era a representação do negro nas páginas daqueles jornais.

O Brasil, último país da América a abolir a escravidão, manteve um sistema escravocrata enraizado e uma relação violenta e cruel com a mão-de-obra escrava em todas as regiões, persistindo mesmo durante a instauração da república. Assim, desse confronto forçado entre o dominador e o dominado se construiu a história da escravidão, sendo perpetuada como história oficial a versão do explorador e através de estratégias de silenciamento da História oficial que representava o interesse das elites dominantes, tentou calar a voz do dominado, porém a história não é só construída pelo dominador. (MELO; BANDEIRA, 2016, p. 218).



O pensamento entre dominador e dominado já conota em si o sentido de superioridade de uma cultura sobre outra, de uma raça sobre a outra, de um modo de viver sobre outro. O que Melo e Bandeira apresentam na citação acima é que a escravidão nasce desse pensamento de superioridade entre uma nação e outra, que tem sua origem em ideais que são bem mais antigos, mas que se perpetuam e atualizam com o tempo.

Esse pensamento acaba sendo naturalizado e encarado como normal, até mesmo para quem é vítima dele.

Dentro desta linha constatamos que a estrutura do dominador sobre o dominado, deve ser entendida como resultado de práticas anteriormente estruturadas, as quais fizeram a História, com base em condições produzidas – em tendências, linhas de força, constrangimentos, preconceitos, violações de direitos – pelas elites urbana e rural durante os séculos de escravidão, onde práticas de hostilidades e discriminação fundamentavam as ideologias e os discursos de poder existentes. Em função disso, este novo discurso, entende que o projeto colonizador do “discurso dominante” objetivava reproduzir nas colônias o discurso legitimador produzido na metrópole, daí, percebia-se a necessidade de se construir toda uma estrutura - principalmente devido à diversidade cultural local – de poder e de controle social, para assim, assegurar as coroas europeias a exploração e a conservação do domínio colonial. (MELO; BANDEIRA, 2016, p. 218).

Quando não apareciam nos anúncios de compra, venda e fuga, as pessoas negras escravizadas apareciam nos boletins policiais dos periódicos. Os trechos abaixo relatam episódios de prisão devido a violência e outros crimes.

**Parte policial.**

No decurso da semana ultimamente finda, foi recolhido à Cadeia, correccionalmente o escravo Tertuliano, de José de tal, e soltos, Feiisbino Thomaz de Aquino e a escrava Balbina, de D. Theresa Angelica Pires.

Na madrugada de 20 do corrente, na travessa de Poconé d'esta cidade foi assassinado com duas facadas o liberto Antonio; o delegado de policia procedeo á corpo de delicto e trata do competente inquerito.

Nota do movimento da cadeia publica d'esta Capital, relativa a semana ultimamente finda :

Existião	78	
Sentenciados.....	46	48
Na enfermaria....	2	
Para sentenciar... 23	23	24
Na enfermaria.....	1	
De correção.....	6	4
Forão soltos.....	2	
Ficão existindo.....		76

Fonte: Hemeroteca Nacional

Neste boletim, é relatado que um homem escravizado de nome Tertuliano foi apreendido, e outros dois foram soltos: um homem nomeado Feiisbino e uma mulher denominada Balbina, de posse de D. Theresa Angelica. Ainda no mesmo boletim há o relato de um assassinato do liberto Antonio, que segundo descrito, o delegado procedeu com o exame de corpo de delito. Fica incerto se Antonio é um liberto por ser um escravizado que foi alforriado, ou se é um liberto da cadeia pública.

A discussão em questão agora aponta a presença dos negros fora dos anúncios de compra, venda e fuga de escravos, mas em uma parte do jornal designada a boletins policiais, onde as pessoas negras escravizadas eram citadas. Eram os espaços onde os negros eram lembrados nesses periódicos, sobretudo nas edições analisadas. Não encontrou-se citações de pessoas negras ou à comunidade negra da época em outros espaços das edições

dos periódicos analisados, apenas nas seções já citadas. Recordar-se que o jornal A República se colocou como um jornal abolicionista e que não veiculava anúncios de pessoas escravizadas.

Melo e Bandeira (2016) explicam que a história sempre contou o lado dominante, onde observava o negro pelo serviço obrigatório que ‘deveria’ fazer para com a sociedade branca, e isso marcou as relações com o passar dos anos. Os anúncios presentes em jornais evidenciam a naturalização da escravidão, como sendo parte da vida cotidiana de todos ali. Fora dos anúncios, estavam apenas nos boletins policiais, como sendo protagonistas de situações de violência. Portanto, para identificar como eram retratados os negros nos periódicos mato-grossenses do século XIX é preciso identificar também qual história foi e está sendo contada e como essas representações perpetuam ainda hoje no imaginário da sociedade.

A história que segue sendo contada é a história dita pelos colonizadores, onde à todo custo tentam explicar as ações cruéis e sádicas – como escravizar pessoas por conta da cor de sua pele e sua raça ou etnia – como forma de estabelecer sobre os mesmos o domínio de poder cultural, físico, econômico, político e moral.

Há pairando sobre a sociedade por tantos séculos um pensamento de dominação não apenas de uma nação sobre outra, mas com ela uma cultura sobre outra, um povo sobre o outro, um pensamento centralizado que pode reger todo o mundo, ignorando ou incorporando tudo o que é diferente. Como os países europeus sempre estiveram empenhados a conquistar o mundo, sobretudo depois de sua ação massiva de colonização na América Latina e na África. Aníbal Quijano discute que há um padrão de poder que permite esse imperialismo através da colonialidade do poder, do capitalismo e do eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 123).

A dominação teve tantas consequências na história que naturalmente ao usar o termo escravo, a memória rapidamente busca pessoas negras. A escravidão não se resume apenas ao povo africano que sofreu dessas mazelas, mas outros povos ao decorrer da história também foram escravizados. Em determinados lugares, tais escravos não perdiam seus direitos ou eram tratados, seja de costume ou juridicamente, como mercadorias. Mas no Brasil era diferente: “esses africanos, ao chegarem ao Brasil, eram despojados de sua humanidade através de leis que os marcavam como mercadoria, força animal de trabalho, coisas ou objetos.” (RIBEIRO, 2019, p. 20).

Quijano ainda divaga sobre o apagamento desses povos em virtude da dominação, tiveram seus lugares negados dentro da cultura mundial, apenas sendo definidos como não-europeus ou primitivos (2005, p. 127). Neste ponto, qualquer região fora da Europa, ainda que não tenha passado por colonização.

Esse pensamento dominante, que saia do dominador, pairava pelos ofícios que tiveram sua origem na burguesia, como o jornalismo. E não apenas era perpetuado pela história, mas pelo que lhes era ensinado, propagado, era o normal, o natural. Por isso, subentende-se que não era relevante dedicar espaço a figuras subalternas como o negro ou o indígena, a não ser nas questões indiscutíveis, como comprar, vender e anunciar a fuga de um escravo, ou opinar negativamente diante dos costumes de alguma comunidade indígena, por exemplo.

Mediante a naturalização desse pensamento, seja no início da história contada do Brasil sendo colônia onde escravizava indígenas, ou com a escravidão em massa de africanos arrancados de seus continentes, é possível dizer que  $\frac{3}{4}$  da história brasileira foi construída sobre a utilização de mão-de-obra escrava.

O crescimento econômico do país também foi baseado na prática escravocrata. A história geralmente apresenta a escravidão no Brasil centrada primeiro no desenvolvimento da cultura da cana de açúcar, passando pela descoberta das minas de ouro e terminando na economia exportadora cafeeira. Porém, a escravidão africana também colaborou no desenvolvimento da pecuária, das plantações de arroz, algodão e fumo. (RIBEIRO, 2019, p. 20).

Observando a citação acima acerca da economia e crescimento do território e nação brasileira, seja colônia, império ou república, é possível inferir que o regime escravocrata fazia girar uma parcela significativa da economia no país, cujo trabalho forçado do negro era importante para o desenvolvimento, mas tudo isso sem o mínimo direito de ao menos ser considerado ser humano.

Logo, a mentalidade que pairava sobre os residentes do país, e de certa forma, no mundo, – sobretudo os brancos - era de que a função da pessoa negra era servi-lo, ainda que fosse alforriada. E que não tinha outro lugar na sociedade para o negro a não ser a senzala, ou tantos outros lugares designados aos escravizados, como os engenhos, os campos de plantações, a cozinha, a servidão.

Subentende-se, portanto, que ao veicular anúncios em jornais contendo informações sobre escravos que fugiram, anúncios de compra ou venda, está exercendo, na verdade, seu

direito de cidadão imperial, proprietário de pessoas, fazendo rodar o sistema econômico do país. O lugar do negro era trabalhando para o seu senhor.

O que ajuda a confirmar tal mentalidade é a perpetuação do regime escravocrata através do tempo. Dos idos de 1500, data do descobrimento do Brasil, até 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, somam-se em torno de três séculos de escravidão. É importante lembrar que em 1850 foi promulgada a Lei Eusébio, mas não assinada a sua eficácia e execução. Os filhos dos escravos nascidos a partir desta data continuavam o destino de seus pais: sem liberdade.

Luiz Felipe Alencastro (2018) estudou aprofundo os números da escravidão, e de acordo com seus resultados, durante os três séculos somam-se aproximadamente 4,8 milhões de pessoas trazidas à força da África para o Brasil. De toda a história da humanidade, acredita-se que do número total de africanos retirados das suas terras, 46% vieram para o Brasil.

No que concerne aos portugueses, meus próprios cálculos indicam a cifra de 750 mil indivíduos entrados entre 1500 e 1850. Ou seja, em cada cem pessoas desembarcadas no Brasil durante esse período, 86 eram escravos africanos e catorze eram colonos e imigrantes portugueses. (ALENCASTRO, 2018, p. 60).

Mesmo com o fim do tráfico negreiro em 1850, africanos não deixaram de chegar através das embarcações que os traziam à força. Alencastro (2018) ainda garante que só entre 1851 e 1856 quase 7 mil vieram para as terras brasileiras.

Diante de números tão impressionantes, é preciso destacar que a escravidão no Brasil se apoiou na submissão ideológica dos cativos. Entre os múltiplos mecanismos utilizados, destacava-se o convencimento do cativo de sua natureza diversa e inferior, proposta que racionalizava e consolidava a ditadura dos escravizadores sobre os escravizados. (RIBEIRO, 2019, p. 21).

A mentalidade de que eram seres inferiores, dignos apenas de mandos e desmandos, pairava pela cultura, pelos costumes da sociedade. Apesar dos ideais abolicionistas ganharem força no centro político e administrativo do país e cada vez mais leis contra a escravidão serem desenvolvidas, na prática a realidade sempre foi outra. Sendo os negros escravizados figuras essenciais para o trabalho desenvolvido nas cidades, como aceitar que eles não fossem mais submissos e que se integrassem na sociedade como os cidadãos brancos eram integrados? E é claro, que tivessem condições dignas para sobreviver.

Mesmo após o 13 de maio de 1888, quando a Princesa Isabel, imperatriz em exercício, assinou a Lei Áurea declarando o fim do regime escravocrata no Brasil, a mentalidade de séculos continua na sociedade.

O que percebemos hoje é que não houve preparação suficiente, os governos pós-abolição não aproveitaram o ato da princesa a favor de melhorias sociais. [...] Após séculos de trabalho forçado, seqüestros e abusos, a população negra foi novamente lançada à própria sorte, sem terra, sem emprego, sem educação, sem saúde, sem teto e sem representação. (RIBEIRO, 2019, p. 24)

Hoje pode-se ter a compreensão, a partir de reflexões na Histórias e suas áreas derivadas, que as leis abolicionistas foram de suma importância para o fim da escravidão no Brasil, mas não forma o mecanismo suficiente para reverter um quadro de 300 anos. Para além de uma lei que exigia liberdade às pessoas negras, era preciso preparar e estruturar a sociedade para tal acontecimento. Mas a única coisa estrutural possível era o pensamento racista.

Nesse sentido, Florestan Fernandes ainda pontua:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, 2008).

A total libertação da condição de escravos foi uma grande conquista para o Brasil, que se tornava o último país americano a deixar a escravidão, mas a forma como foi executada e vivida ao decorrer dos anos, deixou marcas àqueles que, mais uma vez, eram o lado mais fraco. Apesar da liberdade, muitos negros que eram escravizados, por não terem propriedade nenhuma, optavam por ficar com seus senhores, já que ali pelo menos tinham moradia e comida.

Outros, por sua vez, ocupavam espaços que foram sendo ocupados justamente por essas pessoas que não tinham para onde ir, assim surgem as comunidades nos morros, por exemplo. Por não haver uma ação governamental de introdução da pessoa negra outrora escravizada na vida civil, que era totalmente branca, muitos enfrentaram dificuldades e questões que perpassam os anos. Com a alforria geral, muitos tiveram que procurar sustentos pelo país. Encontrando empregos e tendo que se adaptar ao que encontravam. A mentalidade

que não mudava era a já citada anteriormente, de que a pessoa negra era um sujeito inferior, existia apenas para a servidão do homem branco, e que apesar de livres, nada mais valiam do que para serviços subalternos.

Em alguns trechos de anúncios de escravizados encontrados nos jornais consultados, é possível perceber que sobretudo nos anúncios de mulheres, há sempre termos como com todos os préstimos para serviço doméstico, sem préstimo algum a não ser o trabalho de lavoura, designando a ação que aquelas mulheres desempenhavam e que para nada mais serviam senão aquelas coisas. Mesmo sendo termos utilizados para empregar um anúncio em jornal, deve-se lembrar sempre de quem são os anunciados e como são tratados como mercadoria.

Desde 1870, a abertura a imigrantes europeus fez com que a economia no Brasil tivesse uma balanceada. Com a libertação dos escravos, muitos desses imigrantes passaram a ser contratados também, como mão-de-obra barata. Soma-se a isso a mudança política do país, que literalmente do dia para a noite passou de império à república, expulsando seus imperadores.

Os primeiros anos de Brasil sem escravidão coincidem com os primeiros anos do Brasil república. Com o florescer das muitas ideias e decisões tomadas pela elite brasileira, em algumas delas estava presente o antiafricanismo, resultando em medidas como controle de atividades como a capoeira, o samba, candomblé e outras formas de manifestação dessa cultura (FRAGA, 2018).

Toda essa repressão ao que vinha do povo negro só aumentou as tensões e os preconceitos por parte da sociedade branca, que atrasava às pessoas negras o acesso a condições dignas de vida, oportunidades de emprego e ao exercício da cidadania. O grande número de imigrantes europeus vindos para o Brasil arrancou dessa população antes escravizada as oportunidades que poderiam ter, há quem diga que a vinda constante de imigrantes para o Brasil era também uma tentativa de branqueamento da população.

A comunidade negra, portanto, que era grande, foi sendo afastada do convívio comum central da sociedade. Sendo obrigada a se alojar em lugares inóspitos ou afastar-se do centro das cidades, marginalizando-se em território, uma metáfora para o que seria a vida social dos mesmos: sempre à margem do que era considerado bom e digno.

Esse isolamento dos “descendentes dos escravos” é resultado direto do novo regime, onde as promessas de democratização e igualdade social não se

cumpriram. Na República brasileira persistiu intocada a estrutura elitista e excludente dos tempos passados. (RIBEIRO, 2019, p. 27).

Esses primeiros anos pós-abolição, que marcam os primeiros anos de república também, são o reflexo do que a população negra enfrentaria ao decorrer dos anos no país. Séculos vivendo como escravos, sendo inferiorizados por outros, os pensamentos e costumes oriundos disso não seriam apagados ou superados fácil e rapidamente.

A população negra não se ajustou aos moldes da sociedade pós-abolição porque sempre foi acostumada ao regime de obediência aos seus senhores e proprietários. E de certo modo, por parte do governo nunca houve tentativa de integração dos mesmos aos exercícios básicos de cidadania e vida digna fora da escravidão, conforme já dito anteriormente. Isso tudo somado ao fato de que a mudança na economia e nas formas de lidar com ela não beneficiaram essa parcela considerável da população.

Percebemos que o desenvolvimento econômico da época contribuiu com as desigualdades entre brancos e não-brancos ao hierarquizar ocupações utilizando linhas raciais. A consequência destes fatos foi o confinamento dos negros e mulatos à periferia, tanto das cidades como do sistema de produção. As mulheres não brancas passaram a dedicar-se ao serviço doméstico, único emprego assalariado garantido a elas, e os homens, que antes eram produto do sistema, caíram no ócio. (RIBEIRO, 2019, p. 29).

## **2.1 - As mulheres negras escravizadas nos anúncios do jornal O Liberal**

O jornal Liberal era opositor ao governo provincial e até ao governo imperial, levantava discussões, opiniões e críticas pertinentes à vida política do país, tal como outros periódicos também liberais pelo país. Entretanto, acerca de questões consideradas mais progressistas, como a total liberdade de escravos, alguns desses jornais não compartilhavam dos ideais. Ou pelo menos, nas edições analisadas daquele período, não houve menções.

Acerca da abolição da escravidão, tema discutido à época nos jornais brasileiros, O Liberal, apesar do nome, naturalizava a questão escravocrata quando abria espaço em suas páginas para anúncios de compra, venda e fuga de escravos. Ou seja, fazia o contrário do esperado.



Jornal O Liberal, abril de 1879.

O abaixo assignado tem para vender uma escrava de trinta annos mais ou menos, com todos os prestimos para o serviço domestico.  
Quem pretender compral-a, dirija-se a rua da Bella-Vista, em frente a casa do snr. Salvador Pompéo de Barros Sobrinho.  
Cuiabá, 30 de Abril de 1879.  
*Carlos Pompéo de Barros.*

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso

Em outro anúncio sobre a fuga de uma mulher escravizada, o escravocrata deixa claro que ela não tem outro préstimo a não ser o serviço:

Romana, fugida desde 28 de julho de 1877, preta de 50 annos mais ou menos, ainda não tem cabellos brancos, baixa, rosto redondo, com cycatrizes de bexiga, labios finos, magra, boa dentadura, tem os pés pequenos e o andar ligeiro, fuma em caximbo, bebe agoardente, é muito dada a amisade de mulheres e negras velhas, habituada a carregar com sigo balaios ou trouxa de pannos, pouco acçada no trajar, sem prestimo algum a não ser o trabalho de lavoura. (O LIBERAL, nº 397, 30 abr. 1879).

A relação de poder e o status de objeto atribuído à escrava consolidavam o pensamento escravocrata: “a linguagem dos anúncios de negros fugidos, esta é franca, exata e, às vezes, crua. Linguagem de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa e até brutal nas minúcias. Sem retoques nem panos mornos”. (FREYRE, 1979, p. 26).

A figura apresentada exemplifica a situação descrita acima. Um trecho onde o objetivo é anunciar a venda de uma mulher escravizada, que segundo escrito: “de trinta annos mais ou menos, com todos os prestimos para serviço domestico” (O LIBERAL, 1879). O anúncio oferece o local e o responsável onde e a quem o interessado deve recorrer.

É bastante claro, nos dois trechos, o modo como as mulheres escravizadas são tratadas – como apenas produtos a serem vendidos ou recuperados. Reiterando que, mesmo que os anúncios viessem prontos aos editores do jornal, deixar passar tais informações, caracterizadas por aquela forma de escrever, era, de fato, um ato questionável que se não foi na época problematizado, deve ser hoje.

A mulher descrita no anúncio da figura, não denominada, é apenas caracterizada como boa para os serviços domésticos. Esta ação, tal como oferecer um produto, vai de

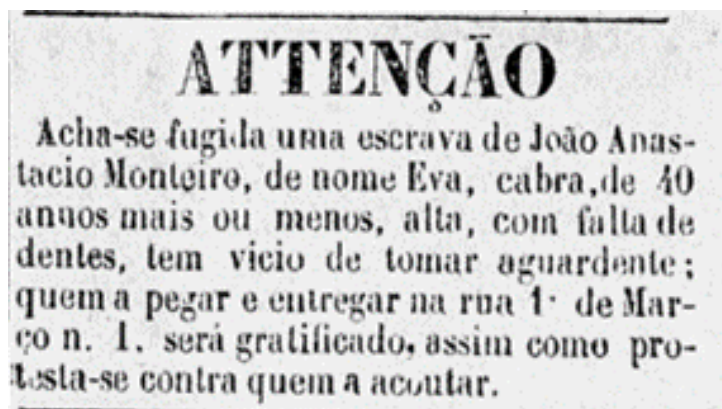
encontro com o segundo anúncio, que busca uma outra mulher, já denominada, que fugiu de seu local de cárcere e que não tem préstimo algum a não ser o trabalho de lavoura.

Não o bastante, o anunciante descreve características físicas e comportamentais da tal senhora, mas não sem deixar a brecha para que se interprete aquilo como dito da visão de alguém que enxerga mulheres negras escravizadas como sendo inferiores a outras camadas da sociedade. Ao dizer “é muito dada a amizade de mulheres e negras velhas” (O LIBERAL, 1879) percebe-se logo a distinção sugerida pelo uso da linguagem. Ao diferenciar mulheres e negras velhas, pode-se subentender que negras não se igualam a mulheres, que muito provavelmente são brancas e de outra classe social. Isso fica mais evidente quando no anúncio da figura, é dito o termo escrava ao tratar da mulher escravizada à venda.

Dizer também que ambas as mulheres são úteis apenas ao serviço doméstico e ou braçal é diminuir a dignidade das mesmas, as tratando realmente como mercadorias, ainda que à venda, mas sem valor humano algum.

Esse processo de invalidação da mulher negra e escravizada dentro dos jornais reflete, na verdade, a capacidade da repetição de discursos que na maioria das vezes se quer eram pensados, refletidos ou criticados. Ajudavam a incorporar no imaginário social a distinção entre pessoas, por meio de gênero e raça.

Jornal O Liberal, dezembro de 1871.

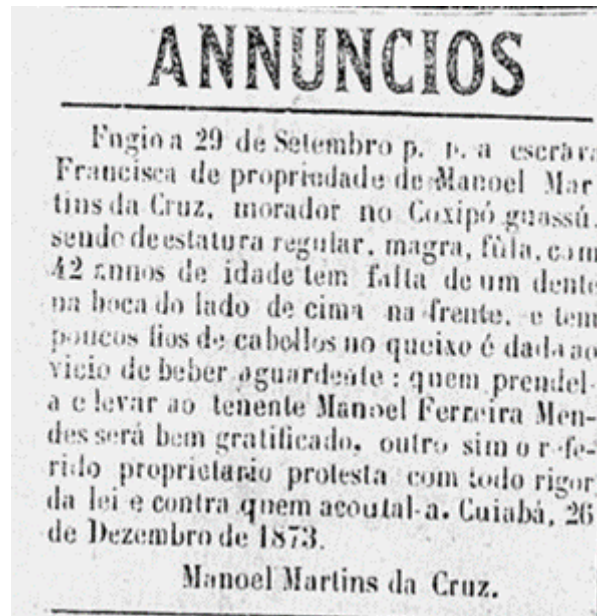


Fonte: Hemeroteca Nacional

No trecho acima, há o comunicado da fuga de uma mulher escravizada de nome Eva, de 40 anos, com as características físicas e comportamentais descritas. O editor ainda argumenta que diante do acobertamento da fuga da mulher, haveria consequências.

O mesmo argumento é utilizado com outro anúncio de 1873, onde é anunciada a fuga de Francisca, mulher escravizada por Manoel Martins da Cruz. Ele dá as instruções de procurar a uma autoridade policial, e promete agir diante da lei contra quem acobertar a fuga de Francisca.

Jornal O Liberal, dezembro de 1873.



Fonte: Hemeroteca Nacional.

Deve-se lembrar, primordialmente, que quem comandava os jornais eram sempre homens, em sua maioria, brancos, letrados e de certo reconhecimento social (MOREL, 2011). Eles escreviam também para homens letrados, em sua maioria, brancos, com poder aquisitivo suficiente para fazê-los mudar de opinião e publicar um anúncio de compra, venda ou fuga de escravos.

Em Mato Grosso, Elizabeth Siqueira (2017) garante que o público leitor da Província de Mato Grosso, se reduzia aos senhores influentes e com certo prestígio na política, que ajudavam a reproduzir dos outros senhores com grandes fazendas, que continham a maior posse de negros escravizados, os anúncios veiculados nos jornais.

Eram palavras de homens para homens, não havia a expectativa de que uma mulher pudesse ler os periódicos, ainda que isso pudesse acontecer, devido a mentalidade e a função social que elas exerciam na sociedade imperial mato-grossense. Isso, mulheres brancas, esposas e filhas dos renomados senhores. As mulheres negras, mesmo não escravizadas, continuavam a ser negligenciadas pela sociedade.

Os relatos discutidos acima acerca dos anúncios onde as mesmas são tratadas como mercadoria faz refletir sobre o olhar masculino sobre essas mulheres, que além de racista

era machista. bell hooks (2017) fazendo uma reflexão sobre as representações da mulher negra no cinema, diz que “as representações convencionais da mulher negra violentam a imagem”. O que era representado no jornal analisado eram figuras de mulheres que não tinham a mínima liberdade sobre si, seus corpos e suas escolhas, tudo era quisto, dirigido e decidido pelos senhores brancos que detinham o poder sobre elas.

Anúncios como esses analisados, ajudaram naquela época a naturalizar um pensamento escravocrata, na sua origem racista, e que perpetua ainda hoje não por anúncios, mas na estrutura da sociedade que discrimina mulheres negras. Um exemplo disso hoje em dia é o baixo número de protagonistas negras em produções audiovisuais, como discute Hooks em suas reflexões acerca da mulher negra nos meios midiáticos.

A própria bell hooks cita um outro estudo para tentar entender melhor esse processo, o de Laura Mulvey com Prazer Visual e Cinema Narrativo, onde Mulvey fala sobre a figura feminina ser representada pelo olhar masculino, um olhar sexualizado, erotizado e objetificado (2018). Onde o olhar do homem ativo transfere à mulher a passividade em todas as suas áreas. Desse modo, no jornal O Liberal, em seus anúncios de mulheres negras escravizadas, temos a objetificação feita por tais homens brancos e que detinham certos poderes sobre elas, até mesmo abusá-las (SILVA, 2011).

Grada Kilomba ainda discute sobre a necessidade de observar a raça e o gênero sobre questões que andam juntas:

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher negra disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem.

[...] Embora exista uma intersecção complexa entre “raça” e gênero, trocar a “raça” das personagens, mais do que mudar o gênero, alteraria profundamente o conjunto de relações de poder. Todas as personagens brancas teriam permanecido protegidas, ao contrário de todas as personagens negras. Portanto, pode-se concluir que muitas, se não a maioria, das experiências pessoais com o racismo, são formas de “racismo de gênero” (KILOMBA, 2020).

Kilomba reflete sobre relações atuais onde o racismo mediante gênero ainda se faz efusivamente presente. Mulheres negras são inferiores a mulheres brancas e mais objetificadas que homens negros. “Uma grande parte das políticas negras construiu seus sujeitos em torno de concepções de masculinidade heterossexual negra”, pontua a autora

(KILOMBA, 2020). Mulheres negras são excluídas de discussões dentro de movimentos ou pautas que deveriam também lutar por elas. No movimento negro, tudo é olhado pela perspectiva do homem negro; no movimento feminista, da mulher branca.

Cenas de racismo estrutural se repetem nos mesmos indícios com que mulheres negras eram anunciadas nos jornais oitocentistas como escravas. Dizer que uma mulher negra não tinha préstimo algum a não ser o serviço de lavoura (como em um dos anúncios trazidos neste trabalho) nos faz relacionar com casos onde atualmente a mulher negra comumente é designada a serviços domésticos, sempre sugerida a espaços servis.

Recordamos, obviamente, que o tempo passou e a forma de discriminação do século XIX pode ser diferente da existente em dias atuais, mas por que ela ainda existe? Por que ainda precisamos falar sobre estas coisas para que haja o mínimo de esperança de que futuramente sejamos uma sociedade antirracista?

Isso evidencia o tipo de pensamento racista que difere as pessoas pela cor da pele já no modo de pensar e agir, na estrutura da sociedade.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2019).

Silvio Almeida ainda argumenta que o racismo se manifesta como desigualdade econômica, política e jurídica. Logo, está no cerne da sociedade, em sua estrutura. Acontece sem que percebamos, pois já é naturalizado o suficiente para ser considerado costume, coincidência ou normal. Tal como achar que toda menina ou mulher negra tende a aceitar serviços domésticos, ou rapazes e homens serem abordados por revista policial sob a única suspeita de serem negros.

O ponto de análise deste capítulo se configura na percepção de como o jornalismo naturalizou questões que para a época eram, justamente, normais. Fazia parte do pensar, do agir e julgar da sociedade oitocentista não apenas mato-grossense. Contudo, essa normalidade afastou a população negra da dignidade de vida que deveria ter, e isso também ao decorrer das décadas.

Hoje ainda se discute racismo e desigualdades porque há resquícios dessa naturalização do negro como subalterno, inferior, assim como outros grupos, como os indígenas, do qual sua presença nos jornais analisados também era problemática, trataremos no próximo capítulo.

### Capítulo III – Os indígenas nos jornais e a transição jornalística

Nos mesmos parâmetros das análises dos trechos de pessoas negras escravizadas, foi construída a análise dos trechos com os indígenas localizados nos periódicos. Foram encontrados menos trechos, pois a presença dos indígenas era menor nesses espaços. Esses trechos são comentários dos editores dos jornais sobre a presença de indígenas na cidade, ou discutindo as ações a serem feitas com eles.

Nos exemplares de jornais analisados, alguns trechos remetem à presença de indígenas no convívio da população cuiabana da época. Em uma edição de 1883 do jornal A República, foi comentada a presença de alguns nativos na cidade e o que isso gerou.

Jornal A República, de maio de 1883.



**Aborígenes.** — Vagava esta semana pelas ruas da cidade, uma maloca de índios da tribo Paricys ou Bacairys, expondo ao publico o espectáculo de suas formas, tendo antes, nesse estado de nudez, se apresentado ao Sr. director geral dos índios.

Provavelmente o Sr. director geral dos índios, não dispõem de verba para fornecer a cada um delles, um par de roupas de riscado; mas S. S. que é tão *inno-*

cente, como são esses filhos das selvas, parece desconhecer as conveniências sociais, e . . . . apologista do realismo, e comprehendem o que seja moralidade pública.

Mas não a quadra é de indecências, e o Sr. director dos índios tem razão.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

No trecho retirado, o editor reclama da presença de alguns indígenas na cidade. Segundo o relato, os nativos estavam despidos, espondendo ao público o espetáculo de suas formas. O editor ainda cita acerca de um Sr. Diretor geral dos índios, que pela história, poderia ser a pessoa responsável pelas questões relacionadas aos indígenas a partir do governo provincial. Essa figura torna a aparecer nas páginas dos periódicos em edições e anos diferentes, com pessoas diferentes assumindo esse cargo.

Não é novidade que a figura do indígena foi mal vista desde a primeira chegada dos portugueses no Brasil, e assim como a perpetuação do pensamento racista para com os negros, houve também a naturalização do pensamento discriminatório e subalternizado para com os nativos. É possível perceber isso em tais trechos recolhidos para análise neste estudo.

Acerca deste aspecto histórico sobre o pensamento do ser indígena, Todorov comenta:

A análise da construção do preconceito com relação aos povos indígenas brasileiros nos remete aos tempos da conquista portuguesa, lembrando que, naquele momento histórico, os indígenas, que constituem 'o outro' na relação com os conquistadores - eu conquiro -, eram tidos como bárbaros, atrasados, sensuais, de natureza impura. (TODOROV apud BANDEIRA; BATISTA, 2002, p.133).

Logo, é histórica a relação entre a discriminação às etnias indígenas e seu convívio em sociedade. Portanto, um problema estrutural, cravado na mentalidade construída por



aqueles que sempre dominaram e começaram a contar sua versão da história. Mais uma vez, o eurocentrismo se faz presente no modo de pensar.

A presença indígena em Mato Grosso é mais perceptível devido a configuração de seu território e a já presença dessas pessoas desde muito antes da chegada dos primeiros bandeirantes, datadas com as expedições de Manoel de Campos Bicudo entre 1673 e 1682.

Os relatos expedicionistas já falavam sobre a presença de populações nativas nestes territórios e citavam seus costumes considerados ofensivos e peculiares ao seu olhar eurocêntrico. Uma dessas expedições foi comandada pelo alemão Karl von den Steinen, que percorreu grande parte da extensão territorial de Mato Grosso. Ao se deparar com algumas comunidades indígenas, fez alguns comentários acerca do que viu. Alguns deles demonstram uma visão naturalista sobre aquelas pessoas.

Qual será o futuro dos nossos amigos do Xingu? São três mil aborígenes que apresentamos, primitivos como saíram das mãos da natureza, portanto, capazes de desenvolvimento intelectual e moral se foram guiados propriamente ou brutais se forem maltratados? (STEINEN apud BEZERRA, 2008, p.5).

Esta é uma das indagações que intercepta o modo de pensar dos que vinham do exterior e o que encontravam no Brasil, mesmo anos depois da chegada dos primeiros portugueses. A visão era de que os nativos das terras brasileiras eram selvagens que necessitavam de educação e formação extensiva, caso contrário, eram problemas impossíveis de serem resolvidos. Isso, porque sempre houve um pensamento de superioridade diante dos que aqui encontraram, “erigiram-se os navegantes do novo mundo como superegos perante os indígenas, representando estes o id (instintos)” (BANDEIRA; BATISTA, 2002, p.133).

Mais ainda, há uma espécie de orgulho histórico por parte daquelas nações que desbravaram as terras inóspitas e desconhecidas das Américas, sobretudo a Latina, e nelas despejaram todo o seu tipo de pensar, como alimenta Dussel:

A autodefinição da cultura européia como civilizadora é feita com relação aos indígenas, tidos como inferiores e bárbaros por natureza. Por isso, ‘precisavam’ ser comandados, isto é, civilizados. A violência que foi exercida sobre os animais-homens do novo mundo latino ‘americano’, passíveis de ‘domesticação’ e de civilização, encontra sua justificativa última na idéia de ‘emancipação’. Essa se faz pelo bem do bárbaro que se civiliza, desenvolve-se ou moderniza-se. (DUSSEL apud BANDEIRA; BATISTA, 2002, p.134).

Entendido isso, quando se encontra em jornais fragmentos que exprimem a ideia de que a população que dominava os meios de produção e os meios de pensamentos tinham a respeito dos indígenas, percebe-se que este pensamento é herdado desde os primeiros anos de Brasil e lamentavelmente persiste até os dias atuais, em Mato Grosso consideravelmente.

A questão que poucos se recordam ou não admitem, é que a terra onde hoje é o estado de Mato Grosso é uma terra indígena, uma junção construída sobre as etnias de indígenas que aqui viviam (JESUS, 2012, p. 94)., e que, em muitos casos, foram mortos para que a população branca pudesse ocupar estes espaços e construir aquilo que os mesmos consideravam civilizado e correto.

Mais ainda, hoje nem são lembrados como devem ao ser contada a história deste território, e quando lembrados, não são como vítimas de uma história que lhes roubou o território e muito mais que isso, mas sim como detalhes que deveriam ser descartados.

Essa é uma reflexão construída com o passar dos anos de estudos por parte das Ciências Humanas e Sociais. Mas o que também foi construído com o decorrer do tempo e da história foram os pensamentos comuns acerca dos indígenas, naturalizado muitas vezes por instituições de grande peso na sociedade, como o jornalismo.

Dentro de Mato Grosso, território tomado dos nativos e de grande incidência indígena, é característico que exista a estigmatização dessa grande parcela da população. E isso se deu também pelo jornalismo, cujo objeto aqui analisamos.

Na edição de junho de 1889 do jornal A Gazeta foi discutido mais a fundo a necessidade de se ‘civilizar’ os indígenas presentes da cidade.

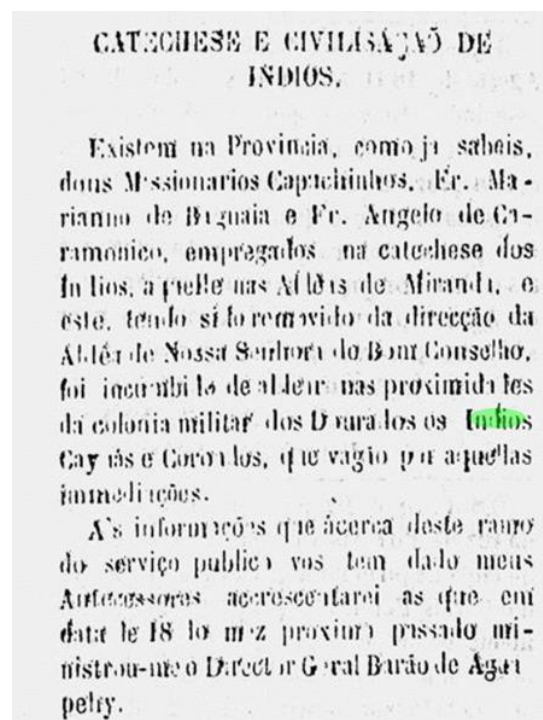
Para os índios, principalmente, o que mais convem no seu estado actual é a educação moral. Entre nós, esta instrução é dada pela família, e é a única que pode dar completa, perfeita; mas para o selvagem, cujo nível moral está tão baixo como entre os anthropoides, esta fundamental instrução deve ser dada na escola, e pelo exemplo sobretudo. E para conseguir este desideratum, a primeira cousa á faser é separar completamente as creanças dos adultos. Em relação a estes será em vão qualquer tentativa; nasceram brutos, como face tem vivido e assim hão de morrer: não se pode iludir à fatalidade das leis naturaes. (Jornal A Gazeta, edição de dezembro de 1889).

O texto prossegue com sua análise acerca da falta de educação da população indígena dentro da cidade e em seu cotidiano. É sugerido a separação das crianças indígenas dos seus adultos para que não sigam os exemplos e os costumes que ensinam.

Diante disso, é possível observar a presença do pensamento eurocêntrico em acreditar que há apenas um modo de viver, de agir ou ser civilizado. O pensamento de que tudo o que não correspondia às expectativas da maioria era errado. Um pensamento reinante iniciado com as conquistas europeias nas regiões onde eram encontrados nativos, sobretudo nas Américas. Com a justificativa de catequização e dar civilidade a essas pessoas, foram consideradas inapropriadas a cultura daqueles povos e tudo o que ela encerrava.

Justamente sobre catequização dos indígenas, foram encontrados trechos de uma notícia no jornal A Imprensa de Cuiabá, edição de maio de 1864 - mais antigo que os anteriores, no qual há comentários sobre ações de freis da Igreja Católica em alguns povoados indígenas. O título do texto já diz muita coisa: CATECHESE E CIVILISAÇÃO DE INDIOS.

Jornal A Imprensa de Cuyabá, maio de 1864.



Fonte: Hemeroteca Nacional.

O trecho diz que na província haviam dois freis da ordem franciscana incumbidos do tratamento para com os indígenas, em uma aldeia nomeada Nossa Senhora do Bom Conselho. Na continuação do texto, há esclarecimentos sobre as ações dos religiosos, que pediam por mais missionários para o serviço e as atividades que os indígenas desenvolveriam após esse processo de civilização.

Reclama pela vinda de mais Missionarios.  
A respeito das Aldeas de Miranda informa que vão e'las em bom estado sob a direcção do referido Missionario Fr. Marianno.

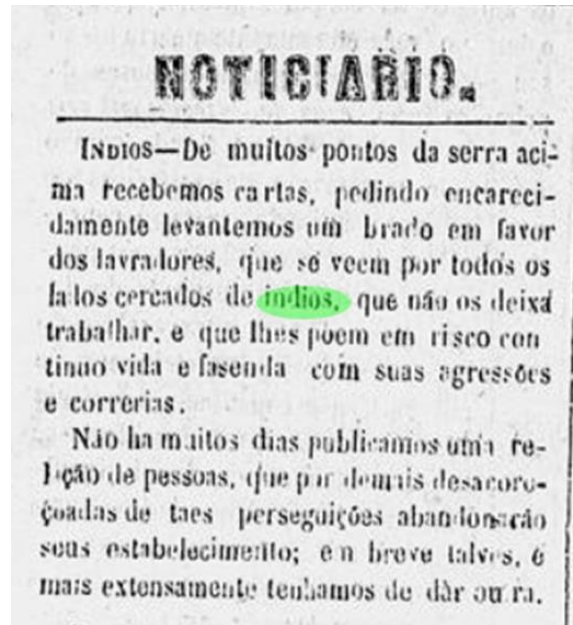
Existe já alli uma capella, edificada com a diminuta subvenção de 1:342 \$ 000 reis, faltando lhe somente a conclusão do altar, cujas despezas já forão autorizadas.

Os **Índios** desta Aldeã empregão-se na lavoura e no serviço de camara-las.

Fonte: Hemeroteca Nacional.

O texto garante que Os Índios desta Aldeia empregão-se na lavoura e no serviço de camara-las. Após a conversão ao mundo branco, os indígenas assumiriam tarefas para eles. Típico modo europeu de se trabalhar com as diferenças (QUIJANO, 2005a, p. 131-132). Quijano comenta que a essas pessoas eram concedidas a ilusão de uma vida verdadeira, mais digna que as condições em que se encontravam antes dali, mas não era real: “os negros continuavam como escravos, e os índios tratados como estrangeiros na própria terra” (QUIJANO, 2005, p. 135).

Diante das reações das etnias e povos indígenas, como no trecho abaixo, a visão ainda continuava fechada, e mais, agravava-se o modo de enxergar tais povos.



Fonte: Hemeroteca Nacional.

Mais uma vez, repete-se aquilo que é primordial para a compreensão das análises e discussões deste trabalho, que embora os jornais tomassem posições contrárias a questões como a escravidão, por exemplo, eles eram fruto de um período que carregou consigo a metalidade de anos e séculos anterior a ele, como o fato de ver com bons olhos, culturalmente e politicamente, a catequização de indígenas.

A história dessas pessoas foi condicionada ao olhar daqueles que as viam de fora, daqueles que não enxergavam sua totalidade, sua complexidade, sua humanidade. E a partir desse olhar, foi definido o que deveria ser dito ou feito sobre essas pessoas. Mas nenhuma dessas coisas levou em consideração preservá-los.

A perpetuação do pensamento eurocêntrico acerca da população indígena, que foi naturalizado pelo jornalismo da época, evidencia problemas sociais graves que ainda hoje prejudicam essa camada da sociedade. A prova disso está nas manchetes veiculadas pelos jornais atuais, que não mais miram seu alvo às etnias indígenas, mas denunciam as violências sofridas por essa comunidade.

## MT tem maior número de casos de racismo contra índios do país, aponta relatório

Levantamento mostra situações diversas: índios que sofreram discriminação em hospitais, delegacias e nas próprias aldeias. Mato Grosso tem 52 terras indígenas.

Fonte: Portal G1 MT.

A notícia veiculada em outubro de 2017 pelo portal G1 MT aponta uma pesquisa cujo resultado demonstra a persistência de pensamento preconceituoso com o indígena, que se converte em violência para os mesmos. O jornalismo passa de naturalizador e precursor de discursos problemáticos para um mecanismo de denúncias e visibilidade de casos em que tais pessoas são vítimas.

Para além do papel do jornalismo, a notícia da figura acima exhibe o tratamento que os nativos enfrentam na sociedade contemporânea, mesmo com anos de discussões e lutas. Sobre essa perpetuação do pensamento discriminatório, Marés diz que “o aniquilamento dos povos indígenas ainda não acabou, continua com a mesma intensidade, com outros métodos e outras armas, talvez, mas com o mesmo ódio e fruto da mesma arrogância gananciosa” (2004. p. 38).

Em outra manchete selecionada (figura abaixo), a notícia veiculada pelo Conselho Indigenista Missionário em setembro de 2020 narra a violência por parte daqueles que deveriam oferecer à pessoa indígena aquilo que lhe é de direito, no caso o atendimento médico.



15/09/2020

## Indígena busca ajuda e é recebido a tiros no MT: “Ainda existe muita discriminação do branco contra o indígena”, diz mãe da vítima

*Claudinei está hospitalizado e não corre risco de vida, Mãe da vítima atribui violência ao preconceito*

Fonte: Portal do Conselho Indigenista Missionário

Faz-se curioso e importante recordar do trecho do periódico A Gazeta (edição de 1889, figura) que ali cobrava-se a atitude do governo provincial a respeito da então educação e civilização da população indígena, visto que estes eram tidos por selvagens. Subentende-se que a partir dos escritos do editor, que a população cobrava dos poderes públicos uma espécie de intervenção para com os grupos que rondavam o território urbano, mesmo que este território anteriormente fosse terra dos próprios nativos.

O pensamento de que o indígena é selvagem sofre modificações ao decorrer das décadas. Do selvagem ao preguiçoso, a sociedade dificilmente os enxerga da maneira mais humana possível. Apesar dos esforços de pessoas e instituições que buscam por direitos, respeito e condições de preservação às etnias indígenas, há ainda um descaso e um preconceito latentes que fere diretamente a vida dos mesmos, como exemplificado na figura acima. Quem o deveria ajudar e/ou proteger, age com violência ameaçando sua existência.

O indígena, desde os primórdios das chegadas europeias nas terras brasileiras, e até mesmo antes disso, nunca foi considerado como gente, como pessoa humana e sua dignidade. Apesar das discussões dos direitos e deveres do ser humano ser bem mais recente na história mundial, o fato é que a figura indígena sempre foi subalternizada e afastada do que era e é considerado normal. A outra manchete da figura abaixo demonstra.

# 'Isso não é gente': os áudios com ataques a indígenas na pandemia que se tornaram alvos do MPF

Vinicius Lemos  
Da BBC News Brasil em São Paulo

27 julho 2020

Fonte: Portal da BBC News Brasil

A manchete de julho de 2020, veiculada pela BBC News Brasil, mostra que a mentalidade por parte da população ainda relaciona os indígenas à pessoas selvagens e que não devem ser consideradas da mesma forma que os não-indígenas.

Diante dos trechos apresentados, das constatações históricas e da discussão proposta, é perceptível que o jornalismo mato-grossense da época ajudou a naturalizar um imaginário estereotipado dos indígenas, onde sua figura era mal vista e mal quista pela sociedade.

João Pacheco Oliveira Filho e Carlos Augusto Freire (2006) dizem que as lutas indígenas para reconhecimento de seus direitos, sobrevivência, respeito, preservação e dignidade acontece porque em determinado momento da história convencionou-se que o indígena precisava seguir os padrões estabelecidos para o bom convívio em sociedade. Esses padrões e essa mentalidade foram sendo transmitidos ao decorrer dos séculos por diversas instituições, discursos, costumes e saberes, entre eles o jornalismo. Esse pensamento perpetuado através dos séculos, difundido e naturalizado, resulta em problemas sociais graves que instaurados na mentalidade da sociedade geral, gera consequências mais graves aos indígenas, como declara Lopes e Corrêa:

Esse longo processo de destruição e de perdas culturais teima em persistir na atualidade, culminando com questões como a desnutrição infantil, a exploração sexual, o suicídio, o trabalho infantil, o alcoolismo, dentre tantas outras mazelas vividas pelos povos indígenas. (LOPES; CORRÊA, 2008, p. 475).

Há questões que pairam sobre este tipo de pensamento, uma delas envolve a ideia de que o jornalismo utiliza de seu espaço para transpor a indiferença aos costumes e vivência



dos indígenas, ele também transmite ao leitor (ainda que na época fosse uma camada restrita da sociedade) o que ele deve pensar ou continuar pensando sobre a população indígena.

O jornalismo oitocentista era fruto de seu tempo, deve-se sempre lembrar dessa prerrogativa importante. Portanto, haveria de conter os ideais e os pensamentos vigentes para a época. Não contavam, entretanto, que desde lá, seus problemas já vinham de anos passados e haveriam de continuar pelos anos futuros.

Surge a diferença aqui, quando o jornalismo presente passa a denunciar as mazelas que a população indígena sofre no estado de Mato Grosso atual, que são consequências de erros passados onde o jornalismo antigo os chamou de selvagens e necessitados de civilidade. É uma oposição que soa como reparação histórica, se isso for possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender, primeiramente, algumas características do jornalismo feito em Mato Grosso, a partir de recortes de alguns jornais, durante o período histórico definido como Brasil Império. Foram observados como eram suas estruturas, os gêneros abordados e como figuravam as opiniões, além de perceber como esses jornais tratavam a figura de três grupos sociais: os negros, as mulheres e os indígenas. Com evidência, a nossa pretensão não é universalizar os resultados, senão tão somente identificar elementos que geram discussões das edições analisadas.

A partir da percepção destes comentários acerca dos grupos já citados, propôs-se uma discussão e uma análise sobre como esses jornais figuravam os negros, as mulheres e os indígenas. Nasceu aí o elemento base para este estudo que buscou compreender como esses periódicos naturalizavam alguns pontos problemáticos, e como esta naturalização surtiu efeitos ao decorrer dos séculos.

Os resultados e conclusões da primeira análise de reconhecimento do jornalismo foram ao encontro do que foi dito pelos historiadores: um jornalismo oitocentista que sobrevivia do cenário político e que, mais uma vez, naturalizou questões problemáticas, assim era no Brasil, assim foi na então Província de Mato Grosso.

Sendo contrários aos jornais que já discutiam a abolição e outras questões sociais, os jornais A Imprensa de Cuyabá e O Liberal através de anúncios de escravos e os periódicos A República, A Gazeta e também o Imprensa de Cuyabá, com seus comentários intolerantes aos costumes indígenas estabeleceram opiniões que puderam contribuir para que alguns pensamentos perpetuassem com o tempo, mostrando que os jornais eram frutos de seu período histórico, de sua cultura no momento, dos costumes e ideais colocados à época, conforme mencionado no início desta pesquisa.

Nestes anúncios, além da naturalização da escravidão, há trechos que mostram o tratamento que recebiam mulheres negras naquela época. Subentende-se que nem eram consideradas mulheres. A levar pelos textos dos anúncios, eram produtos a serem comercializados com uma certa utilidade, e quando não tinham mais, descartadas.

Das figuras que aparecem nas edições analisadas, os homens predominam, tanto no fazer jornalismo quanto nos textos jornalísticos. As mulheres, quando apareciam, era devido

a alguma ocorrência, sobretudo as de violência, assassinato ou fuga e prisão de escravizadas. Em proporção menor, apareciam nas editorias com comentários ou em A Pedido, sendo lembradas por algum acontecimento, em sua maioria casamentos. Os poemas encontrados nas edições analisadas eram todos dirigidos a mulheres.

A presença dos indígenas era vista de modo eurocêntrico, comentavam seus costumes como sendo algo que necessitava de correção e educação para que pudessem deixar de ser selvagens.

Em síntese, em relação a estes jornais, em suas edições analisadas, pôde-se confirmar que eram periódicos que sobreviviam da cena política brasileira, alimentados pelos ânimos ideológicos de seus realizadores. Eram jornais, ainda que construídos e originados em um território periférico do Brasil, distante da capital, seguiam os mandos e desmandos de um jornalismo elitista e cópia europeia, por meio dos textos, dos assuntos e opiniões que tratavam.

Em pouca quantidade comentava sobre os costumes, comportamentos e cultura da própria região. Isso deve-se muito ao fato da inferioridade regional causada por pensamentos eurocêntricos que clamavam por uma certa civilidade que eles não enxergavam ser possível nas camadas mais pobres da população, em negros e muito menos em indígenas. Essa ideia também era alimentada por expedicionistas e viajantes que enxergavam a Província de Mato Grosso como um território que foi ocupado por gente sem ambição, sem gana, sem perspectiva de vida (STEINEN apud SIQUEIRA, 2017, p. 142). Por meio de seus relatos, cheios de elementos eurocêntricos característicos de um discurso colonial, afirmavam que a cultura local era pobre, mal quista e mal vista (BEZERRA, 2008).

O pensamento eurocêntrico é base para escancarar a concepção de diferença social onde uma camada supera a outra culturalmente, que um modo de ser ou ver as coisas é o melhor, o mais referente e deve ser seguido (DUSSEL, 1997). Aníbal Quijano explica que o pensamento eurocêntrico roubou a capacidade da América Latina de agir como tal, pois pregam aquilo que nunca o latino-americano foi e será, ele distorceu e rompeu a experiência social e histórica, o que levou ao latino-americano acreditar que a cultura europeia era a única a ser seguida (QUIJANO, 2005b, p. 17).

Esse pensamento reflete na capacidade do jornalismo brasileiro na época ser uma cópia do jornalismo europeu, ou pelo menos uma tentativa de cópia. E não apenas o

jornalismo, mas forças que levavam o Brasil a se tornar algo como um pedaço europeu, seja culturalmente, politicamente, esteticamente e até na arquitetura das grandes cidades.

Havia um esforço de ideais e pensamentos que, através do eurocentrismo, diminuía a dignidade do viver e ser em terras não-europeias. Portanto, era necessário se redimir ao que era considerado correto e aceitável.

Todo esse processo de pensamento se refletiu e foi percebido nos trechos lidos, recolhidos, analisados e reproduzidos. Os anúncios de pessoas negras escravizadas ficam menos implícitos, pois a escravidão é algo conhecido por todos e que perdurou por séculos no Brasil. Suas consequências, logicamente, seriam notáveis. O que não é notável, porém, é a utilização do mecanismo jornalístico para a perpetuação e naturalização do pensamento racista.

Discutiu-se racismo estrutural pois embora hoje não há mais regime escravocrata, ainda há pessoas que pensam no negro como um ser inferior, vide as questões levantadas por bell hooks (1992) e Grada Kilomba (2019), citadas nesta pesquisa.

Estas últimas duas autoras dissertaram sobre a figura da mulher negra, sendo a mais negligenciada na sociedade. Neste estudo, trabalhou-se com a leitura e análise de anúncios de compra, venda e fuga de escravizados em jornais, onde as mulheres eram descritas como uma verdadeira mercadoria cuja utilidade era apenas o serviço forçado. A história nos revela que muito mais as mulheres negras eram violentadas, tendo sua dignidade rebaixada como uma figura que deveria ser controlada e possuída.

Com o passar do tempo, este pensamento foi sendo mudado e convertido a uma espécie de adaptação à vida contemporânea. Mas, conforme colocado no capítulo em questão, há uma estrutura que dita isso, que faz com que as pessoas continuem, ainda que neguem ou que não saibam, a acreditar que pessoas negras são inferiores ou que merecem muito menos que o mínimo a pessoas brancas.

Da mesma forma, acontece com a população indígena; conforme também visto no capítulo, foi possível perceber o pensamento preconceituoso da sociedade para com as etnias e povos indígenas, sobretudo em Mato Grosso que abriga muitas delas. E mais ainda, o descaso dos poderes públicos para com essas comunidades.

Por este trabalho foi possível perceber a perpetuação de um pensamento ou ideal através de resquícios de pensamentos eurocêntricos, racistas e preconceituosos. O jornalismo, como agente de informação pública, ainda que inconsciente do processo em que estava inserido e simplesmente sendo um produto de seu tempo, naturalizou questões e hoje, isso está passível de discussões e debates sobre a ação jornalística e sua atuação na sociedade, na história, etc. Assim, este trabalho se torna importante pela necessidade de redescoberta histórica do jornalismo em Mato Grosso, contribuindo para uma bibliografia reduzida a respeito do assunto.

Este trabalho nasceu da necessidade de se descobrir uma parte da história que é sempre negligenciada ou esquecida, a história de origem de um dos ofícios mais importantes dentro do estado de Mato Grosso. Da necessidade de se colocar em discussão problemas históricos que até os dias atuais perpetuam por conta da mentalidade racista e preconceituosa de parte da sociedade.

Há uma necessidade deste estudo e pesquisa, pois o campo da Comunicação em Mato Grosso pouco estuda sua origem, a origem de seus derivados, como o Jornalismo. Tampouco estuda a reverberação dos discursos jornalísticos nesta mesma sociedade mato-grossense ou em sua história.

Aqui, enxerga-se a obrigação de se estudar e debater sobre os processos históricos dentro do jornalismo e como eles incorporaram e abriram espaço para reverter um quadro que anteriormente fora ajudado a construir. Como um jornalista mato-grossense, é preciso conhecer as terras por onde pretende-se construir uma carreira no ofício. Mais que isso, é preciso saber o quanto o jornalismo publicamente é capaz de ser um mecanismo de defesa dos direitos da população, e não um aliado de sua queda.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo: Geografias da Mídia Local e Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **África, números do tráfico atlântico**. In: SCHWARCZ, Lilia Morits e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Danusa Santana. **O surgimento da imprensa em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DA ASSOCIAÇÃO DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2016, Campo Grande. Anais. Campo Grande: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2016.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e Discriminação como expressões de violência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002.

BARBERO, Jesus-Martín. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BEZERRA, Silvia Ramos. **Mato a Dentro : As Expedições de Viajantes Estrangeiros no Discurso Jornalístico do Século XIX em Mato Grosso**. In: IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2008, Dourados.

CALHÁO, Antônio Ernani P. et al. **Imprensa periódica mato-grossense (1847-1969)**. Cuiabá: EdUFMT, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 2: A construção nacional: 1830 - 1889**. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2012. p. 83-129.

CHAKRABARTY, Dipesh. **A Small History of Subaltern Studies**. Em: A Companion to postcolonial studies. Oxford, Blackwell Publishing, 2000.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 215-235.

DUSSEL, Henrique. **Oito Ensaio Sobre Cultura Latino Americana e Libertação: Cultura Imperial, Cultura ilustrada e libertação da Cultura Popular**. São Paulo, Paulinas. 1997.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da raça branca (vol. 1)**. São Paulo: Globo, 2008.

FRAGA, Walter. **Pós-Abolição: o dia seguinte**. In: SCHWARCZ, Lilia Morits e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 Anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Entrelinhas/edUFMT, 2012. 400 p.

hooks, bell. **“O olhar opositivo: a espectadora negra”**. Fora de quadro. Trad. Carol Almeida. **Black Looks: Race and Representation**. Boston: South End Press. 1992.

JESUS, Ivanete Maria de. **Anúncios de jornais de Mato Grosso dos séculos XIX e XX: características filológicas**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

JESUS, Nauk Maria de. **A CAPITANIA DE MATO GROSSO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E FONTES**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 2, n. 5, p. 93-113, jul. 2012.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa oficial de Mato Grosso: 170 anos de história**. Cuiabá: Aroe, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LOPES, Aline Luciane; CORRÊA, Darcísio. O multiculturalismo e os direitos fundamentais dos povos indígenas: A LUTA PELA IGUALDADE NO BRASIL DA INTOLERÂNCIA. **Revista Ciência Jurídica e Social da Unipar**, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 471-489, dez. 2008.

MACHADO, Anderson da Silva. “QUEM O CAPTURAR E LEVAR AO SEU DONO SERÁ BEM RECOMPENSADO”: **Escravos em Anúncios de Jornais Piauienses de 1848-1885**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA E PARCERIAS, 3., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2021.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil: Império**. São Paulo: Contexto, 1997. 159 p.

MARÉS, C. F. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-80.

MELO, Miguel Ângelo Silva de; BANDEIRA, João Adolfo Ribeiro. Crítica aos estereótipos e ideias racistas no Brasil sob o prisma dos estudos Pós-coloniais: crítica aos estereótipos e ideias racistas no brasil sob o prisma dos estudos pós-coloniais. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 213-246, jan. 2016.

MENDONÇA, Estevão de. **Breve Memória sobre a Imprensa em Mato-Grosso**. Cuiabá: Editora UFMT, 1975.

MENDONÇA, Rubens de. **História do jornalismo em Mato Grosso**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1951.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 269-279.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-43.



MULVEY, Laura. **Prazer visual e cinema narrativo**. In: XAVIER, Ismail (org). A experiência do cinema. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 1: Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2011. p. 75-113.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006. 272 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.

PÓVOAS, Lenine C.. **História Geral de Mato Grosso - vol. I**. Cuiabá: Resenha Ltda, 1995. 339 p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estud. Av. São Paulo, v.19, n.55, 2005b, pp. 9-31.

RIBEIRO, Thayse Soares Fernandes. **O RACISMO E O DISCURSO JORNALÍSTICO: o acontecimento Donata Meirelles**. 2019. 120 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROCHA, José Milton. **O papel da imprensa no Mato Grosso do século XIX**. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. Anais. Brasília: Simpósio Nacional de História, 2017.

SILVA, Alberto da Costa e. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 1: Crise colonial e independência: 1808-1830**, Rio de Janeiro: Mapfre e Objetiva, 2011. p. 35-73.

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. 243 f. Tese. Doutorado em Comunicação

Social. Orientador: Prof. José Salvador Faro. Universidade Metodista.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. **“Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX)**. Revista de História Ufba, Salvador, v. 5, n. 7, p. 107-134, jan. 2013.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2017. 283 p.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras, modernidade e educação pública em Mato Grosso**. Cuiabá/Brasília: EdUFMT/INEP, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Francilane Lima de; LOPES, José Ribamar. **INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO: princípios e procedimentos de Eni Orlandi**. Movimento: Revista de Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Teresina, v. 15, n. 7, p. 362-367, set. 2020.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX**. In.: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.

STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central: Expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu** - vol. 3. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava.

YUNES, Daniela Daflon. **Os anúncios de jornais no cenário abolicionista: construindo redes de amparo ao universo quilombola**. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. Anais [...].

ZARAMELLA, Sônia. **Jornal em Mato Grosso - no começo de tudo, a participação popular**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.